

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA APLICADA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
Professor Orientador – Álvaro Hidalgo

**INSERÇÃO INTERNACIONAL DO NORDESTE
BRASILEIRO: O CASO DA BAHIA, CEARÁ E
PERNAMBUCO.**

RIVALDO SOARES DE LIMA

R E C I F E
Estado de Pernambuco – Brasil
Março - 2006

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO: O CASO DA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO.

RIVALDO SOARES DE LIMA
Economista

Orientador: Profº. Dr. ÁLVARO HIDALGO

Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES –
Mestrado Profissional em Economia da UFPE –
Área de concentração: Comércio Exterior e
Relações Internacionais.

R E C I F E

Estado de Pernambuco – Brasil

Março – 2006

Lima, Rivaldo Soares de
Inserção internacional do Nordeste brasileiro : o
caso da Bahia, Ceará e Pernambuco / Rivaldo Soares
de Lima. – Recife : O Autor, 2006.
85 folhas : il., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CCSA. Economia, 2006.

Inclui bibliografia.

1. Economia internacional – Mercado
internacional, Nordeste. 2. Inserção internacional do
Nordeste – Perspectiva histórica. 3. Exportações e
importações – Bahia, Ceará e Pernambuco –
Vantagens comparativas – Blocos econômicos. 4.
Intensidade tecnológica – Financiamento às
exportações – Sistema financeiro nacional. I. Título.

339.5.01
382.1

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
BC2006 – 466

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

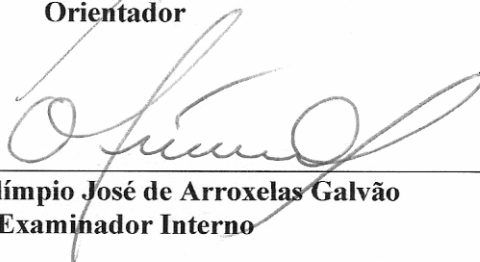
RIVALDO SOARES DE LIMA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência d
primeiro, considera o Candidato Rivaldo Soares de Lima **APROVADO**.

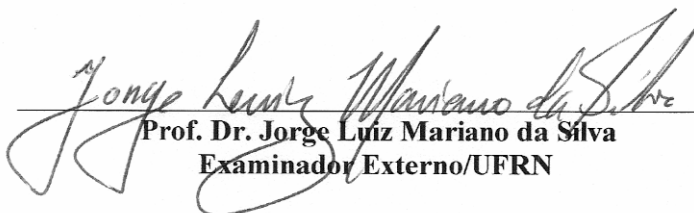
Recife, 14/07/2006.



Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Orientador



Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão
Examinador Interno



Prof. Dr. Jorge Luiz Mariano da Silva
Examinador Externo/UFRN

“Imagine que o país de Isolândia ignore o parecer de seu grupo de economistas e decida não permitir o livre comércio de aço. O país permanece em equilíbrio sem o comércio internacional.

Então, um dia, um inventor de Isolândia descobre um novo método de produzir aço a custos muito baixos. O que é estranho é que o inventor não precisa de trabalhadores ou ferro para fabricar o aço. O único insumo de que necessita é de trigo.

O inventor é saudado como um gênio. Como o aço é usado para fabricar tantos produtos, a invenção reduz os preços de muitos bens e permite que os habitantes de Isolândia desfrutem de um padrão de vida mais alto. Os trabalhadores que antes trabalhavam na siderurgia sofrem quando as usinas fecham, mas acabam encontrando emprego em outras atividades. Alguns se tornam agricultores e cultivam o trigo que o inventor transforma em aço. Outros vão para novas indústrias que surgem em decorrência da maior prosperidade dos habitantes de Isolândia. Todos entendem que o deslocamento desses trabalhadores é parte inevitável do progresso.

Alguns anos depois, um repórter decide investigar esse misterioso processo de fabricação do aço. Entra sorrateiramente na fábrica do inventor e descobre que o inventor é um impostor. Ele não fabrica aço nenhum. Em vez disso embarcou ilegalmente trigo para vender no estrangeiro e importou aço de outros países. A única coisa que o inventor descobriu foram os ganhos do comércio internacional.

...Ele não era um inventor. Ele era apenas um economista.”

Mankiw, 2001. p.199-200.

Dedico aos meus filhos,
Gabriel, Isabel e Cecília.

A Josiane, ofereço.

AGRADECIMENTOS

Às boas energias que me dão sustentação. Obrigado. À minha família de onde vem o incentivo que me faz continuar lutando.

Ao PIMES, toda minha gratidão por ter me proporcionado o conhecimento necessário para a minha formação, e que foram simbolicamente representados neste trabalho. De maneira especial, agradeço a todos os meus professores. A eles, minha admiração e meu carinho.

Ao amigo e orientador Álvaro Hidalgo, presente em toda minha pós-graduação, agradeço novamente por esta outra conquista.

Este trabalho foi realizado ainda, com a colaboração de muitas pessoas, que acreditaram e apoiaram esta idéia. Neste sentido, agradeço aos professores: Écio, Katarina, Thiago, Olímpio, Policarpo e Francisco. Agradeço aos estagiários dos coordenadores.

Em especial, às amigas Zita e Irani que me compreendiam e não hesitaram em envidar esforços para a conclusão de nossos trabalhos.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	07
LISTA DE TABELAS	08
PARTE I – INTRODUÇÃO, REVISÃO DA LITERATURA E MODELO TEÓRICO	
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO REVISÃO DA LITERATURA	11
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 REVISÃO DA LITERATURA E MODELO TEÓRICO	17
PARTE II – DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E CONCLUSÕES	24
CAPÍTULO 2 – O PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DA BAHIA, DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO	24
2.1 Evolução do Cenário Externo Brasileiro e Nordeste	24
2.2 Caracterização da Economia Brasileira e Nordestina	31
2.3 A Inserção Internacional nos Últimos 10 Anos	33
2.4 O perfil das Exportações da Bahia, Ceará e Pernambuco	34
2.5 A Estrutura das Exportações da Bahia, Ceará e Pernambuco	44
2.6 As Exportações Segundo Blocos e Países de Destino	47
2.7 A Estrutura das Exportações Segundo Blocos e Regiões de Destino	51
CAPÍTULO 3 – OS ÍNDICES DO COMÉRCIO EXTERIOR DOS TRÊS ESTADOS	53
3.1 As Vantagens Comparativas Reveladas	53
3.2 As Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas	55
3.3 O Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC) dos Três Estados	56
3.4 O Índice de Cobertura	58
3.5 Pontos Fortes e Fracos dos Três Estados	59
CAPÍTULO 4 – O FINANCIAMENTO, A INTENSIDADE TECNOLÓGICA E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NORDESTINA	61
4.1 Os Incentivos à Exportação do BNDES	61
4.2 As Exportações e a Intensidade Tecnológica	62
4.3 As Exportações Brasileiras e o Crescimento Econômico	64
5 CONCLUSÕES	67
6 ANEXOS	70
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – A	Exportações para o Resto do Mundo: Bahia - 1996/2005	35
QUADRO I – B	Exportações para o Resto do Mundo: Ceará - 1996/2005	38
QUADRO I – C	Exportações para o Resto do Mundo: Pernambuco - 1996/2005	42
QUADRO I – D	Índices de Concentração por Produtos	46
QUADRO I – E	Índices de Concentração por Destino	50
QUADRO I	Vantagem Comparativa Revelada: Bahia, Ceará e Pernambuco	54
QUADRO II	Vantagem Comparativa Revelada Simétrica: Bahia, Ceará e Pernambuco	55
QUADRO III	Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial da Bahia	56
QUADRO IV	Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial do Ceará	57
QUADRO V	Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial de Pernambuco	57
QUADRO VI	Índice de Cobertura: Bahia, Ceará e Pernambuco	58
QUADRO VII	Desembolso Anual do Sistema BNDES – Unidades da Federação	61
QUADRO VIII	Desembolso Anual do Sistema BNDES – Apoio à Exportação	62
QUADRO IX	Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica	63
QUADRO X	Importações – Bens de Capital	65

LISTA DE TABELAS

TABELA I	Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos - Bahia	70
TABELA II	Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações – Bahia	72
TABELA III	Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos - Ceará	73
TABELA IV	Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações – Ceará	75
TABELA V	Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos - Pernambuco	76
TABELA VI	Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações – Pernambuco	78
TABELA VII	Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação – Bahia	80
TABELA VIII	Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação – Ceará	81
TABELA IX	Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação – Pernambuco	82

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO: O CASO DA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO.

Autor: RIVALDO SOARES DE LIMA

Economista

Orientador: Profº. Dr. ÁLVARO HIDALGO

RESUMO

A intensificação dos fluxos comerciais em maior velocidade que os movimentos de expansão da produção mundial e o processo de formação de acordos comerciais oferecem ao Brasil e à Região Nordeste a possibilidade de uma inserção internacional, desenvolvendo um modelo de crescimento voltado para o mercado externo. Nesse processo, os países desenvolvidos têm colocado barreiras tarifárias e não-tarifárias, estabelecendo grupos de países preferenciais para importação de seus produtos, dos quais o Brasil está excluído por ser considerada nação em desenvolvimento. Nesse contexto, focou-se a atenção na Região Nordeste, particularmente nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.

O estudo é conduzido com base nos modelos teóricos de livre comércio desenvolvidos por: Ricardo, Heckscher e Ohlin, Samuelson e Krugman. Verifica-se a composição da pauta de exportações dos estados selecionados, realiza-se uma caracterização da economia nordestina, das áreas produtoras, da evolução das exportações, dos principais destinos dos produtos nordestinos exportados pelos três estados.

Em seguida, estuda-se a contribuição do financiamento do BNDES às exportações nordestinas, salientando a concentração dos recursos nos três estados representativos. Faz-se uma apresentação da classificação das exportações dos três estados (BA, CE e PE) em relação a intensidade tecnológica. Relata-se as iniciativas da política industrial brasileira e dos seus reflexos sobre o Nordeste brasileiro. Além disso, estuda-se a evolução recente das importações de bens de capital, da influência das taxas de câmbio e de juros sobre esses fluxos, comparando-se com a capacidade de importação do País.

INTERNATIONAL INSERT OF THE BRAZILIAN NORTHEAST: THE CASE OF BAHIA, CEARÁ AND PERNAMBUCO.

Autor: RIVALDO SOARES DE LIMA

Economista

Orientador: Profº. Dr. ÁLVARO HIDALGO

ABSTRACT

The intensification of the commercial flows in larger speed than the movements of expansion of the world production and the process of formation of commercial agreements offer to Brazil and the Northeast Area the possibility of an international insert, developing a growth model gone back to the external market. In that process, the developed countries have been placing tariff and no-tariff barriers, establishing groups of preferential countries for import of your products, of the which Brazil is excluded by developing nation to be considered. In that context, felt the attention in the Northeast Area, particularly in the states of Bahia, Ceará and Pernambuco.

The study is led with base in the theoretical models of free trade developed for: Ricardo, Heckscher and Ohlin, Samuelson and Krugman. The composition of the line of exports of the selected states is verified, he/she takes place a characterization of the Northeastern economy, of the producing areas, of the evolution of the exports, of the principal destinies of the Northeastern products exported by the three states.

Soon after, it is studied the contribution of the financing of BNDES to the Northeastern exports, pointing out the concentration of the resources in the three representative states. A presentation of the classification of the exports of the three states is made (BA, CE and PE) in relation to technological intensity. It is told the initiatives of the Brazilian industrial politics and of your reflexes on the Brazilian Northeast. Besides, it is studied the recent evolution of the imports of capital goods, of the influence of the exchange rates and of interests on those flows, being compared with the capacity of import of the Country.

PARTE I – INTRODUÇÃO, REVISÃO DA LITERATURA E MODELO TEÓRICO

Capítulo I – Introdução, revisão da literatura e modelo teórico.

1.1 INTRODUÇÃO

A economia global vem passando por um processo de intensificação dos fluxos comerciais que supera a dinâmica da própria produção mundial. Especialistas apontam para a proliferação de acordos comerciais (entre nações, entre estas e os blocos econômicos e estes entre si) e os tratam como decisões estratégicas que melhoram as condições necessárias para que um país seja projetado a uma posição de liderança no movimento de globalização (Salvatore, 2000). Segundo estudo, apresentado em 16/06/2004 pelas cinco comissões econômicas da ONU (Organização das Nações Unidas), até outubro do ano de 2003 foram registrados 285 acordos de comércio na OMC (Organização Mundial do Comércio). A previsão é que até 2007 haja mais de 300 acordos do tipo.

No passado, para a maioria dos países em desenvolvimento, como o Brasil, a preocupação era de montar um modelo de substituição de importações, voltando-se as indústrias instaladas para o mercado doméstico, sanando desequilíbrios no balanço de pagamentos. Chegou-se até a impedir a importação de bens com similar nacional (Lei do Similar Nacional). Para países como o Brasil, era decrescente o grau de abertura da economia ao comércio internacional. Antes da virada do século, o País passou a preocupar-se com sua inserção no comércio exterior, dado o progresso material e social atingido por nações que seguiram essa orientação, de produção voltada para o mercado global (Williamson, 1989).

São muitas as barreiras tarifárias e não-tarifárias à inserção dos países em desenvolvimento no mercado global. Os governos dos países

utilizam variados argumentos a favor do protecionismo e que caracterizam a intenção da defesa comercial:

- a) quando os preços mundiais de bens e serviços estão abaixo dos nacionais, a abertura comercial da nação ao comércio internacional provocaria redução dos preços internos, prejudicando os produtores nacionais;
- b) a baixa de preços reduziria a produção interna e o emprego de recursos, particularmente de capital humano;
- c) a ausência da produção interna poderia gerar problemas de segurança nacional (alimentação e segurança);
- d) os produtores nacionais pedem um amparo governamental temporário, uma vez que suas indústrias seriam nascentes;
- e) a concorrência desleal, viabilizada pelos incentivos de governos estrangeiros aos seus produtores, colocaria as empresas nacionais em situação de precariedade;
- f) a proteção comercial poderia servir como instrumento de barganha nas negociações com parceiros comerciais;
- g) para um país grande que pode afetar os preços dos exportadores estrangeiros, uma tarifa (ótima) diminui o preço das importações e geraria um benefício para os termos de troca;
- h) a existência de falhas nos mercados de capitais ou de trabalho, que inviabilizam a transferência rápida dos recursos para setores que possibilitam grandes rendimentos e a possibilidade de difusão da tecnologia das indústrias novas ou particularmente inovativas.

Apesar dessas estratégias, os governos nacionais têm procurado seguir as recomendações da OMC, buscando conhecer a legislação sobre os acordos internacionais (GATT, GATS e TRIPS, anti-dumping, salvaguardas, subsídios e medidas compensatórias), na tentativa de substituir as barreiras tarifárias por não-tarifárias e expandir as exportações para manter em equilíbrio o Balanço de Pagamentos. O próprio GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) teria recomendado, por decisão dos países ricos, a exclusão dos bens

agrícolas e têxteis, na intenção de proteger os produtores do mundo desenvolvido.

Enumerou-se abaixo, os principais obstáculos de ordem interna para a expansão das exportações do Brasil (inclusive o NE), com comentários:

- a) Cerca de 1% das grandes empresas brasileiras respondem por mais de 80% das exportações de manufaturados. Referidas empresas giram em torno de 15 mil, buscam aprimorar as atividades para a manutenção do desempenho alcançado. Boa parte delas exportam bens primários com baixo valor agregado aos produtos;
- b) Ausência de cultura exportadora (Roberts, 1997). No Brasil, a montagem do modelo substitutivo de importações fez com que as empresas fossem direcionadas para o mercado doméstico, recorrendo-se ao mercado externo apenas quando a demanda interna se apresentava desfavorável (produtos tradicionais);
- c) Deficiência na logística. É problemática a ausência de armazéns para estocagem de safras agrícolas, a degradação da malha rodoviária e extinção da ferroviária no País, portos sem o calado necessário para aportar navios de grande porte ou sem os equipamentos necessários para armazenagem e carregamento de cargas especiais, bem como cobrando tarifas acima dos preços internacionais e com elevada burocracia interna (Albuquerque, 2002);
- d) Sistema tributário complexo e oneroso, incidente sobre os produtos e produtores de bens e serviços. O chamado efeito cascata de uma variedade de tributos sobre as diversas etapas do sistema produtivo do País e a voracidade da carga tributária total sobre a nação, acima da média de países desenvolvidos, sem a correspondente contraprestação em bem-estar social, obrigando as empresas a suprirem despesas trabalhistas não cobertas pelo Estado;
- e) O custo do crédito no Brasil é um dos mais elevados do globo. Em razão da possibilidade de emprestarem os depósitos de clientes para o governo federal, os bancos instalados no Brasil são pouco agressivos na concessão de crédito aos agentes econômicos deficitários, exigindo

taxas de juros elevadas, inviabilizando a alavancagem de recursos pelas empresas. A origem do problema está no déficit nominal do Governo Federal, que tendo acumulado um estoque elevado de dívida interna não consegue arrecadação suficiente, já sendo exagerada para o conjunto da sociedade, para cobrir a parte dos encargos para manutenção do estoque;

f) A ausência de estratégias de marketing setorial dificulta o desenvolvimento de canais de distribuição de produtos brasileiros para o exterior. O comércio internacional não é para amadores, sendo imprescindível a formação de pessoal qualificado para atuar na área. Geralmente, as empresas de menor porte não conseguem cobrir os custos de colocação de produtos nos padrões requisitados pelo mercado internacional. As *tradings* são beneficiadas na intermediação e na colocação no mercado externo dos produtos exportados;

g) As exportações nordestinas são predominantemente de baixa intensidade tecnológica. As pequenas e médias empresas brasileiras efetuam ínfimo volume de exportação de bens com alta intensidade tecnológica, sem haver sinais de alterações nesse estado de coisas. Apenas as grandes empresas iniciaram o processo de maior agregação de valor aos produtos exportáveis. Porém, em todos os portes empresariais predomina a baixa intensidade tecnológica dos produtos exportados;

h) A burocracia nacional emperra o processo de exportação. Cerca de 43,5% de todas as empresas exportadoras do Brasil afirmam que encontram dificuldades em terminar um processo de exportação por conta do número de papéis que tem de desembaraçar e taxas a pagar em diversos órgãos anuentes do comércio exterior;

i) A falta de recursos gerenciais é o principal fator dificultador de força competitiva para a exportação. A ausência de boas universidades e de programas educacionais integrados com as empresas implica desqualificação para o trabalho dos recém formados.

A evolução recente do comércio exterior brasileiro, que vem sofrendo influências desses movimentos globais, poderia nos revelar as

perspectivas comerciais e condicionar os direcionamentos estratégicos adotados pelas lideranças empresariais e governamentais da Região Nordeste. Quais os resultados esperados para os próximos anos em termos de dinamismo e crescimento mundiais e que fatores estariam por trás deles, influenciando as mudanças do comércio internacional, em termos de criação e desvio de rotas comerciais? Qual a composição da pauta de exportações dos principais estados do Nordeste Brasileiro (tomando-se como referência o valor do PIB e o tamanho da população, temos a Bahia, o Ceará e Pernambuco)? Quais as vantagens comparativas reveladas de seus produtos no mercado internacional, dados os fatores de produção capital e trabalho? Quais os pontos fortes das economias desses estados em relação ao mercado internacional?

É interessante avaliar, também, quais as parcerias ou acordos mais promissores para o Nordeste, para que cada avanço comercial alcançado corresponda à uma melhoria nos números do crescimento e desenvolvimento da Região. Qual o papel da taxa de câmbio sobre as exportações, da produtividade do trabalho nesse processo e das barreiras tarifárias e não-tarifárias na entrada dos principais blocos econômicos? E, finalmente, focar as atenções para as negociações entre o Mercosul e os demais blocos econômicos para conhecer melhor os termos dessa parceria e o ritmo de sua implementação.

Para analistas da Região Nordeste, tanto do setor público quanto do privado, o tema ora dissertado pode contribuir para a formação de algumas idéias sobre a competitividade internacional dos produtos regionais em relação ao resto do mundo. A evidenciação de vantagens comparativas e economias de escala em produtos exportados seria um passo adiante no processo de busca de elementos que possam influenciar na melhoria da performance do setor externo regional, contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

Assim como em Fontenele (2003), são consideradas dadas as condições políticas regionais industriais e/ou de comércio exterior.

Passa-se por um processo de interpretação regional a partir da implementação de políticas nacionais, dada a ausência de políticas regionais, de desenvolvimento.

Esta Dissertação está organizada em duas partes:

- a) Parte I – que compreende a introdução e a revisão da literatura e do modelo teórico adotado;
- b) Parte II – que é composta de três capítulos, das conclusões, dos anexos e das referências bibliográficas. No primeiro capítulo é estudada a evolução econômica da Região Nordeste em período recente, a inserção internacional dos estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, os principais produtos da pauta de exportação de cada estado, os principais blocos econômicos e países de destino das exportações dos três estados Bahia (BA), Ceará (CE) e Pernambuco (PE) e os indicadores de concentração por produto e por destino, assim como os tipos de produtos que cada destino demanda. No segundo capítulo são calculados vários indicadores econômicos específicos para o setor exportador, como das Vantagens Comparativas Reveladas, o Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial e o Índice de Cobertura. Ainda neste capítulo, chega-se aos conceitos de Pontos Fortes e Fracos para os produtos dos três estados. O terceiro capítulo descreve o apóio concedido pelo sistema Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) de financiamento aos setores exportadores nordestinos, por estado, o perfil da intensidade tecnológica dos produtos exportados e uma análise da tendência da evolução das exportações nos três estados.

1.2 REVISÃO DA LITERATURA E MODELO TEÓRICO

O discurso teórico dos economistas e das organizações internacionais que buscam a promoção do Livre Comércio está baseado no princípio das vantagens comparativas, do economista clássico David Ricardo e por outros aperfeiçoado, ou no que o economista clássico Adam Smith chamou de mão-invisível que levaria os preços mundiais dos bens comerciáveis a um ponto de equilíbrio determinado pelas forças da oferta e demanda internacionais atuantes no mercado global. As vantagens comparativas seriam resultantes do aproveitamento de diferenças nas dotações do fator de produção trabalho. A capacidade de um país produzir um bem melhor que em outro seria explicada pela produtividade do trabalho de suas indústrias.

A renovação e o enriquecimento da teoria ricardiana realizou-se nos princípios de Heckscher e Ohlin (Krugman, 2001), com formalização posterior de Samuelson (op. cit.). Segundo esse modelo, o fator determinante das vantagens comparativas é a existência de abundância relativa (proporções) de fatores de produção (em particular capital e trabalho) e sua efetivação dependerá da correta utilização das diferenças das dotações, razão porque foi chamado de “teoria das proporções dos fatores”. Um país tenderá a produzir relativamente maior quantidade daqueles bens que para seu processamento sejam utilizados os recursos mais abundantes. Por esse modelo, o comércio exterior deveria conduzir a uma equalização entre os países dos preços dos fatores de produção (capital e trabalho).

Os autores Dosi, Pavitt e Soete *apud* Krugman (2001) desenvolveram um modelo de comércio internacional, neo-schumpeteriano, em que os hiatos tecnológicos são as diferenças nas técnicas e nos produtos, determinados pelas diferenças nas capacidades inovadoras.

O economista Paul Krugman (2001) observa que a organização da produção, as economias de escala, a concorrência imperfeita e a acumulação de capital e tecnológica (aprendizagem) conduzem a um patamar de produtividade ou de economias de escala dinâmicas que implicam o aumento do comércio internacional. Os investimentos em P&D e a aprendizagem tecnológica tornam as economias de escala dinâmicas. Os investimentos e as aprendizagens do passado determinam as economias de escala atuais. No modelo de concorrência monopolística, o comércio internacional é dividido em duas categorias, a intra-industrial e a interindustrial, que são interpretadas como resultantes das economias de escala e das vantagens comparativas, respectivamente.

Sachs e Wagner apud Fontenele (2003), no universo dos trabalhos gerados sobre o tema, afirmaram que a abertura econômica facilitaria o alcance de um crescimento equilibrado, enquanto outros salientam que a abertura teria efeitos danosos à indústria nascente ou que o crescimento esbarraria nas limitações do balanço de pagamentos.

Os modelos teóricos novos sugerem o argumento de que o livre comércio elimina ineficiências associadas à proteção, tanto da organização da produção como do consumo, aumentando a especialização e os “dinâmicos ganhos de escala”, difundindo a aprendizagem e as inovações tecnológicas, compensando desigualdades nas dotações de fatores de produção entre nações, ampliando a renda e as oportunidades de emprego. Alguns economistas acreditam que o livre comércio proporcionaria ganhos que iriam além da eliminação das distorções de produção e consumo provocadas pela imposição de tarifas, quotas ou qualquer outra barreira imposta pelos governos. Na atualidade, referidas concepções são mais facilmente aceitas em razão da espiral de crescimento verificada na economia mundial, principalmente nas nações desenvolvidas (primeiro quinquênio do terceiro milênio), quando o crescimento da corrente de comércio supera a evolução da economia global (Caves, 2001).

Assim, o Livre Comércio viabiliza os chamados “ganhos dinâmicos”, ou seja, economias de escala ao eliminar a entrada excessiva de empresas em setores protegidos para auferirem lucros maiores, bem como proporcionaria maiores oportunidades de aperfeiçoamento (aprendizagem e inovações) empresarial. Mesmo aqueles que não acreditam na perfeição das forças de mercado, preferem o Livre Comércio à qualquer intervenção que o governo pretenda implementar. Os economistas podem mostrar, às vezes, que na teoria um conjunto seletivo de tarifas e subsídios às exportações pode aumentar o bem-estar nacional. Mas, na realidade qualquer órgão do governo que pretenda implantar um programa sofisticado de intervenção no comércio provavelmente pode ser apadrinhado por grupos de interesse e convertido em um meio de distribuição de renda a setores politicamente influentes. Tem-se realizado esforços para medir os custos totais das distorções originadas das tarifas e quotas de importação e o instrumento utilizado (Krugman, 2001) é o custo estimado da proteção como porcentagem da renda nacional (ficando o Brasil, inclusive, entre os primeiros da lista).

De fato, o comércio exterior multiplicou-se (ONU) ao longo das últimas décadas, saindo de US\$ 130 bilhões (1960) para US\$ 10 trilhões (2000), configurando um crescimento de cerca de 6% ao ano, aumentando a interdependência entre as economias nacionais. Atualmente, mede-se a evolução de um país, em termos de competitividade e qualidade de produtos, pela relação de abertura da economia, medido pela média entre exportações e importações em relação ao PIB, ou simplesmente, a relação entre as exportações e o PIB.

Para medir a vantagem comparativa de um setor específico em relação aos demais setores da economia utiliza-se o indicador de vantagem comparativa revelada (VCR). O indicador de vantagens comparativas de Balassa *apud* Farias (2000) calcula a participação das exportações de um dado produto em uma dada economia em relação às exportações de uma zona de referência desse mesmo produto, e compara esse

quociente com a participação das exportações totais dessa economia em relação às exportações totais da zona de referência. Nesse trabalho, o Brasil será utilizado como a variável zona de referência. Assim, por exemplo, um valor de 1,25 (0,75) significa que a participação de um país em um determinado produto é 25% maior (menor) do que a sua participação nas exportações de todos os produtos.

Formalmente, o indicador de vantagem comparativa revelada, segundo Balassa (1965), para uma região ou país α , em um setor industrial ou grupo de indústrias β , pode ser definido da seguinte forma:

$$VCR_{\beta\alpha} = \frac{X_{\beta\alpha} / X_{\beta\chi}}{X_{\alpha} / X_{\chi}} \quad (1)$$

Onde:

$X_{\beta\alpha}$ = é o valor das exportações do produto β da região ou país α ;

$X_{\beta\chi}$ = é o valor das exportações do produto β do país ou zona de referência χ ;

X_{α} = é o valor total das exportações da região ou país α ; e

X_{χ} = é o valor total das exportações do país ou zona de referência χ .

Se a $VCR_{\beta\alpha} > 1$, então produto β apresenta vantagem comparativa revelada e se a $VCR_{\beta\alpha} < 1$, então o produto β apresenta desvantagem comparativa revelada.

O índice de VCR fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região ou país. Quando uma região exporta um volume grande de um determinado produto, em relação ao que é exportado pelo país desse mesmo produto, isso sugere que a região conta com vantagem comparativa na produção desse bem. O cálculo da VCR, com base na fórmula (1), está baseado exclusivamente no valor das exportações, por considerar-se que as importações eram muito afetadas por medidas protecionistas dos parceiros comerciais.

O índice apresentado de vantagem comparativa revelada acima tem a limitação de que a desvantagem e a vantagem comparativa possuem

dimensão assimétrica. A primeira variando entre 0 e 1 e a Segunda entre 1 e o infinito. A fim de superar essa limitação, Laursen *apud* Farias (2000) desenvolveu um índice normalizando a expressão da seguinte forma:

$$VCRS_{\beta\alpha} = \frac{(VCR_{\beta\alpha} - 1)}{(VCR_{\beta\alpha} + 1)} \quad (2)$$

onde $VCRS_{\beta\alpha}$ representa o índice de vantagem comparativa revelada simétrica. Feita essa normalização, o índice $VCRS_{\beta\alpha}$ varia no intervalo entre -1 e +1. Assim, se tal índice se encontra no intervalo entre 0 e 1, a economia terá vantagem comparativa revelada naquele produto. Por outro lado, se o índice se encontra no intervalo -1 e 0, o produto apresentará desvantagem comparativa revelada.

Neste trabalho, além dos indicadores VCR e VCRS, será utilizado também o indicador de vantagem comparativa revelada de Lafay *apud* Krugman (2001) e que está baseado na contribuição ao saldo comercial. Este método é mais recente e leva em consideração as importações. Esse índice é construído com base na comparação do saldo comercial observado para cada produto, ou grupo de produtos, com o saldo comercial teórico para esse mesmo produto. Isso permite identificar vantagem comparativa revelada (ou desvantagem comparativa revelada), caso o saldo observado durante um período determinado seja maior (ou menor) que o saldo teórico.

O indicador de contribuição ao saldo comercial para um produto ou grupo de produtos β , em um país ou região α , pode ser definido da seguinte forma:

$$ICSC_{\beta\alpha} = \frac{100}{(X+M)/2} \frac{[(X_{\beta} - M_{\beta}) - (X-M)(X_{\beta}+M_{\beta})]}{(X+M)} \quad (3)$$

onde X_{β} se refere às exportações do bem β e M_{β} se refere às importações do bem β . O primeiro termo entre colchetes da expressão

(3), $(X_{\beta}-M_{\beta})$, representa a balança comercial observada do produto β e o segundo termo entre colchetes $(X-M)(X_{\beta}+M_{\beta})$, representa a balança

$$\frac{\text{-----}}{(X+M)}$$

comercial teórica do produto β , que ocorreria caso a participação de cada produto no saldo global fosse igual à sua participação relativa no fluxo total de comércio. A expressão $(X_{\beta}-M_{\beta})$ simboliza a balança comercial efetiva do mesmo produto.

Se $ICSC_{\beta\alpha} > 0$, então o produto β apresenta vantagem comparativa revelada e se $ICSC_{\beta\alpha} < 0$, então o produto β apresenta desvantagem comparativa revelada. A intuição da fórmula $ICSC_{\beta\alpha}$ é comprovada no confronto saldo efetivo versus teórico: se ocorre que um produto apresenta um saldo (efetivo) maior do que seu respectivo teórico, o produto apresenta um maior ICSC, acarretando numa detenção de vantagem comparativa por parte do produto.

Outra questão a ser abordada é a da concentração das exportações. Esse é um assunto recorrente na literatura sobre crescimento econômico nas economias em desenvolvimento. Quando uma nação tem uma estrutura de exportações parcamente diversificada, com pequena dispersão nos destinos, nos setores exportadores ou mesmo no número de produtos exportados, poderá enfrentar desequilíbrios graves na balança comercial em função de alguma mudança desfavorável ocorrida no principal mercado. O indicador mais utilizado para mensurar a concentração das exportações é o coeficiente de Gini-Hirschman (Farias, 2000). O Índice de Concentração de Produtos (ICP) é calculado com base na seguinte expressão:

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j} \right)^2} \quad (4)$$

Onde X_{ij} representa as exportações do bem i pelo país j , e X_j representa as exportações totais do país j . O valor desse índice está definido no intervalo fechado entre 0 e 1. Quanto mais esse indicador se aproxima da unidade maior é o nível de concentração do país em poucos produtos. O inverso também é verdadeiro.

O mesmo raciocínio é aplicado ao Indicador de Concentração do Destino (ICD) das exportações de um país ou região, que mede o grau de concentração das exportações entre os países importadores. Esse índice é calculado da seguinte forma:

$$ICD = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j} \right)^2} \quad (5)$$

Onde X_{ij} representa as exportações do país i para o país j e X_j são as exportações totais.

Além disso, analisar-se-á o índice de cobertura. Referido indicador nada mais é do que a divisão entre as exportações e importações de um país ou região. Quanto maior o índice maior será o poder de compra das exportações embarcadas.

Neste ponto, encerra-se a Parte 1 da dissertação, composto de introdução, revisão da literatura e modelo teórico. Tem-se disponível o ferramental necessário para a realização da análise do grau de inserção da economia dos três estados selecionados no mercado internacional. Em seguida, inicia-se a Parte 2 com o desenvolvimento dos capítulos, conclusões, os anexos e a bibliografia utilizada.

PARTE II – DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E CONCLUSÕES

CAPÍTULO 2 – O PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DA BAHIA, DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO

Neste capítulo, far-se-á um relato do cenário da economia brasileira e nordestina, período 1947-1999, relativo ao comércio exterior e uma análise da evolução da nordestina, sendo esta representada pelos três estados de maior volume na produção de riquezas (Bahia, Ceará e Pernambuco). Em seguida, analisar-se-á a inserção internacional desses três estados nos últimos 10 anos, a estruturação das exportações dos referidos estados, os blocos econômicos de destino das vendas externas, os indicadores de concentração das exportações e os principais segmentos exportadores.

2.1 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO EXTERNO BRASILEIRO E NORDESTINO

PERÍODO 1947-1973

No período entre o pós-guerra e a crise da elevação dos preços do petróleo, do ano de 1947 a 1973, a economia brasileira defrontou-se com um quadro quase permanente de desequilíbrios de balanço de pagamentos. Dentro desses 27 anos, pelo menos em 14 anos o balanço de pagamentos brasileiro se apresentou deficitário, e em muitas dessas ocasiões o país foi obrigado a realizar operações de regularização para fechar as contas com o exterior. Excetuando-se o período de 1968 a 1973, apenas no ano de 1961 os *déficits* na conta corrente foram cobertos por movimentos de capitais autônomos (Galvão e Vergolino, 2004).

A seguir, foram extraídas algumas observações dos dados dos balanços de pagamentos do Brasil para o período citado:

a) o comportamento dos números dos balanços de pagamentos do Brasil foi típico de país em desenvolvimento, com anos de *superávits* sucedendo-se a outros de *déficits*, devido, principalmente, a flutuações nos preços das *commodities* que o país vendia ao exterior: café, cacau, açúcar, algodão e alguns minérios (Feijó, 2001);

b) nessa época, o Brasil era comercialmente fechado ao exterior, apresentando pequeno volume de transações comerciais com o resto do mundo. O balanço comercial apresentou, quase sempre, *superávits* (registrando *déficit* comercial em apenas cinco dos 27 anos), constituindo os saldos da balança comercial (à exceção dos anos 1968-73) os principais responsáveis pelos *superávits* do Balanço de Pagamentos (BP) em alguns anos;

c) o balanço de serviços mostrou-se sempre deficitário, a exemplo do que acontece nos dias atuais. Examinando-se a conta corrente e a conta de capitais, excetuando-se o período 1968-73, observa-se que o país recorria a capitais externos em pequenos volumes, indicando os oscilantes *déficits* ou *superávits* em transações correntes e os poucos investimentos da sua conta de capitais de risco, que o país não recorria com frequência à poupança externa como instrumento de financiamento do crescimento econômico. Assim, os desequilíbrios no balanço de pagamentos eram financiados, em boa parte, por operações do governo brasileiro junto a organismos internacionais (como o FMI), e/ou a agências oficiais de outros governos, ou ainda mediante a utilização de reservas cambiais. Frequentemente, também, o país compunha os débitos, acumulando dívidas;

d) Nesse período, exportações e importações de mercadorias registraram oscilações, mas sem apresentar uma tendência de longo prazo. O ambiente macroeconômico prevalecente era de políticas comerciais protecionistas (tarifas alfandegárias elevadas, exigência de licenças prévias para importações, sérios entraves burocráticos às exportações e aplicação da "lei dos similares") e, até o final da década

de 1960, por um regime cambial de taxas fixas, em que ocorriam desvalorizações abruptas das taxas de câmbio, após longos períodos de valorização da moeda nacional;

e) após isso, porém, o país passa a adotar uma política para a expansão das exportações, utilizando mecanismos fiscais e creditícios de estímulo ao comércio exterior (via isenções fiscais de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, o Imposto de Renda e o de Importações, e mediante subsídios de crédito às exportações) e alterando a política cambial, do já mencionado regime de taxas fixas, para um outro baseado em minidesvalorizações, ajustadas aos interesses dos setores exportadores;

f) como resultado das políticas adotadas, elevou-se o volume do comércio exterior brasileiro, nos seis anos do período 1968-73, ao registrar taxas de expansão do PIB de mais de 10% a.a., e de cerca de 25%, também ao ano, no valor de suas exportações e importações de mercadorias;

g) ao mesmo tempo, o país passou a recorrer à poupança externa, em volume crescente, verificando-se uma expansão dos ingressos líquidos de capital de risco na economia (na forma de investimentos diretos e de empréstimos e financiamentos), de cerca de 30 milhões de dólares, em 1967, para mais de 3,5 bilhões, no ano de 1973;

h) os recursos externos ingressavam na economia em volume mais do que necessário para financiar o excesso de dispêndios em bens e serviços no exterior, passando o país a registrar apreciáveis *superávits* no balanço de pagamentos e, conseqüentemente, a acumular volume significativo de reservas internacionais, que se elevaram de não mais que 200 milhões de dólares norte-americanos em 1968, para 6,4 bilhões, no ano de 1973, sendo também, um período de endividamento pela tomada de financiamentos externos;

i) esse breve momento ficou conhecido como o "milagre brasileiro" e, por outros, como o de "crescimento com endividamento". A dívida externa evoluiu do montante de 3,8 bilhões de dólares, em dezembro de 1968, para 12,6 bilhões, ao final do ano de 1973.

PERÍODO 1974-1989

Como foi sugerido no primeiro período desta seção, o Brasil havia recorrido, no período 1968-73, a volumosos capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de médio e longo prazo, para financiar os *déficits* nas transações correntes do balanço de pagamentos e para acumular reservas internacionais.

Ao longo desse período, o cenário mundial apresentava uma folga de liquidez internacional, que se refletia nas baixas taxas de juros cobradas pelo sistema bancário comercial. A primeira crise do petróleo, ao final do ano de 1973, veio afetar a economia brasileira, dependente em cerca de 70% das importações do óleo.

A consequência direta do aumento dos preços do petróleo foi uma deterioração do balanço comercial brasileiro (que passou de um *superávit* de 7 milhões de dólares, em 1973, para um *déficit* de 4,7 bilhões, em 1974).

Saliente-se que enquanto a maioria dos países importadores de petróleo passou a adotar políticas de ajustamento, visando reduzir o impacto dos altos preços do petróleo sobre os respectivos balanços de pagamentos, o Brasil fez a opção pela continuidade de sua política desenvolvimentista. Essa opção implicou uma ampliação do endividamento externo do país. Como efeito, havendo acumulado, nos seis anos seguintes à primeira crise do petróleo (período 1974-1979), cerca de 40,4 bilhões de dólares de *déficit* no seu balanço de transações correntes e recorrido a volume praticamente equivalente de capitais externos para financiar esse *déficit*, o país encerrou o exercício

de 1979 com uma dívida externa de 50 bilhões de dólares, em comparação aos 12,6 bilhões registrados no ano de 1973.

Apesar dos recorrentes *déficits* nos balanços comercial e de serviços e, conseqüentemente, no de transações correntes, implicando o enorme crescimento da dívida externa, o quadro apresentado pela economia brasileira não parecia preocupante aos governantes do país. Na verdade, a partir da primeira crise do petróleo, as nações exportadoras desse produto haviam realizado imensos depósitos de seus excedentes comerciais nos principais bancos estrangeiros dos países industrializados, criando uma enorme disponibilidade de créditos para empréstimos a juros baixos e sem grandes exigências de garantias com relação ao seu futuro ressarcimento.

O ano de 1979, quando ocorreu a segunda crise do petróleo, veio modificar esse quadro favorável. Com mais outra elevação do preço do petróleo e de seus derivados, os países dependentes desse produto passaram a experimentar dificuldades ainda maiores para equilibrar as contas externas, principalmente aquelas nações que não haviam realizado iniciativas de ajustamento de suas economias após o primeiro choque dos preços do petróleo.

Com o preço elevado desse produto, surgiu uma ameaça de geração de surtos inflacionários nas economias industrializadas, levando-as a adotar políticas de controle fiscal e monetário, que resultaram em recessão e numa escalada de crescimento das taxas de juros nos principais mercados financeiros dos países credores.

Houve recessão nos países industrializados, elevação das taxas de juros variáveis (de 5% no início dos anos 70 para mais de 20% no início dos anos 80) e queda dos preços das exportações dos países em desenvolvimento (recessão mundial). Esses fatores deixaram os países em desenvolvimento em situação precária frente ao pagamento das obrigações assumidas, uma vez que cessaram os fluxos de capitais na

forma de investimentos diretos e de financiamentos. A esse respeito, Galvão e Vergolino (2004) relatam “no Brasil, por exemplo, o volume de capitais de risco, que alcançara 12,8 bilhões de dólares, no ano de 1981, caiu abruptamente para 1,5 bilhão, em 1983, passando o País a registrar valores negativos(...)”

Diante desse cenário, a solução para o País foi ampliar as exportações e reduzir as importações, para gerar divisas objetivando os pagamentos de juros da conta de serviços. Ainda segundo os mesmos autores, “(...)as exportações se elevaram de 8 para 20 bilhões, no período 1974-1980, e para cerca de 34 bilhões, no ano de 1988, as importações, que haviam alcançado o valor de 23 bilhões, em 1980, caíram ano após ano, para atingir pouco mais de 14 bilhões, no exercício de 1988”.

Assim, o País sofreu uma forte recessão, mas conseguiu pagar boa parte de sua dívida externa, porém, em termos de desenvolvimento econômico, essa foi considerada uma “década perdida”.

A DÉCADA DE 90

Nos anos 90, houve a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, porém continuou a enfrentar sérios problemas de crescimento e nas contas externas (Cavalcanti, 1998). Adicionalmente, sofreu os impactos das crises financeiras da Ásia e da Rússia. Em 1997, a Ásia foi o epicentro de uma crise financeira que atingiu o Brasil, tendo o Governo Brasileiro que dobrar as taxas de juros e baixar um pacote fiscal para garantir a solvência da dívida pública. Na Rússia de 1998, houve evasão de divisas, elevaram-se os juros internos, aumentou o déficit do governo, surgiu um impasse com o Fundo Monetário Internacional (FMI), saíram mais dólares, subiram ainda mais os juros e o déficit, até o ponto em que ficou claro que a dívida interna era impagável. O final a crise russa foram o pedido de moratória e a desvalorização da moeda daquele País e a contaminação em cadeia de economias emergentes como o Brasil (Jornal Folha de São Paulo,

13/12/1998). Para compreender os efeitos das mudanças e das crises internacionais sobre o País, todos os componentes do BP devem ser levados em conta: a balança comercial, o balanço de serviços, o saldo da conta corrente e o seu financiamento, a conta de capitais, as operações de regularização, as reservas cambiais e o endividamento externo.

A balança comercial apresentou, nos cinco primeiros anos da década de 1990, saldos positivos e nos demais anos remanescentes tornou-se deficitária. No primeiro período, os superávits comerciais foram responsáveis pelo financiamento dos saldos deficitários do balanço de serviços. Na segunda parte da década de 1990, a balança comercial se tornou negativa, acompanhada pelo déficit da conta de serviços, gerando expressivos déficits da conta de transações correntes, saltando de 1,8 bilhão no período de 90-94 para 129,4 bilhões no período 95-99 (Galvão e Vergolino, 2004), levando o País a buscar formas alternativas de financiamento externo. Além disso, a dívida externa saltou do patamar de U\$ 148 bilhões em 1994 para U\$ 240 bilhões em 1999, as reservas internacionais caíram de U\$ 60 bilhões em 1996 para U\$ 36,3 bilhões em 1999.

Os motivos que levaram ao desequilíbrio das contas externas brasileiras são discutidos sob vários ângulos de visão. Um argumento freqüente é o de que, por ter permanecido tempo demais com a economia fechada ao exterior (com lei de similar nacional e praticando elevadas tarifas), levou as empresas ao atraso tecnológico em bens de capital e, conseqüentemente, de processos produtivos, gerando baixa competitividade nos produtos nacionais para o mercado externo, não permitindo o crescimento das exportações. Também, esse comportamento privava os consumidores domésticos aos bens disponíveis no mercado internacional (veículos, eletrônicos, têxteis etc.), formando uma demanda reprimida, levando, com a abertura, a uma explosão do consumo. Se, por um lado, as exportações não cresciam em razão da pouca competitividade dos produtos nacionais, por outro,

as importações decolavam para satisfazer ao consumidor ávido pelos novos bens disponíveis.

Outro elemento é apontado como fator determinante para o comportamento desfavorável da balança comercial: o comportamento governamental de elevar as taxas de juros para atrair capitais externos, caracterizando um influxo induzido de divisas para o País, deixando o câmbio valorizado ao ponto de inibir exportações e, ao mesmo tempo, aumentar o poder de compra dos importadores, criando saldos deficitários na balança comercial.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E NORDESTINA

A partir da abertura econômica ao exterior promovida pelo Governo Collor, havendo a quebra do modelo de substituição de importações voltado para o mercado interno, a classe empresarial viu-se na urgência de tornar seus produtos mais competitivos no mercado global e os governos em promover políticas de incentivos às exportações, geradoras de divisas e para cobertura das necessidades crescentes de importações. Porém, governos, empresários e trabalhadores viram-se perdidos no novo contexto para iniciar um processo de planejamento socialmente construído, a fim de criarem vantagens competitivas.

Assim, passou-se a levantar as condições necessárias ao aumento das exportações, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Verificou-se que o Brasil era uma economia:

- a) que representava cerca de 50% do PIB do continente sul americano, embora com crescimento pífio nos últimos anos quando comparado com outros países em estágio semelhante de desenvolvimento;
- b) exportadora de commodities, ferro, aço e veículos e aeronaves, mas que para atingir um fluxo satisfatório de divisas teria que desenvolver indústrias intensivas em capital e mão-de-obra qualificada;

- c) que dispunha de uma razoável infra-estrutura (67 aeroportos, 54 portos e extensa malha rodoviária), embora carente de adequações e reparos;
- d) com um setor industrial em crescente nível de atividade nos últimos cinco anos, porém de baixo valor agregado;
- e) com um orçamento público em superávits primários sucessivos, embora as obrigações com os juros da dívida mobiliária o absorvam totalmente;
- f) em estabilidade de preços (desde jun/1994);
- g) com taxas de juros reais elevadas, justificadas pelo Banco Central (BACEN) para segurar a elevação de preços;
- h) que é avaliada com taxas de risco-país favoráveis, com indicadores de vulnerabilidade externa apresentando melhoras, faltando fazer reformas estruturais (tributária, trabalhista e administrativa);
- i) com balança comercial superavitária há mais de uma década; e
- j) com uma desejável pulverização nos destinos das exportações.

Após esse levantamento, o país passou a estabelecer uma política de promoção das exportações, constituindo missões empresariais, acirrando negociações com vários blocos econômicos, buscando reduzir custos de infra-estrutura e financiando setores estratégicos, a fim de reverter a queda da participação do País nos fluxos de comércio, capitais e tecnologia internacionais (Sampaio, Vital e Costa, 2003).

Essa estratégia adotada pelo Brasil derivou da constatação de que os países que “experimentaram altas taxas de crescimento e que deverão ver seus níveis de bem-estar significativamente incrementados na próxima década, serão exatamente aqueles com economias mais abertas e que adotaram estratégias bem-sucedidas baseadas na expansão de seu comércio exterior” (Galvão e Vergulino, 2004).

E o Nordeste brasileiro estaria inserido no contexto brasileiro em uma posição um pouco pior, pelo seguinte: a) falta-lhe cultura exportadora; b) poucos produtos exportáveis; c) frágil setor produtivo; d) deficiências

sociais e econômicas; e) mão-de-obra sem qualificação; f) empresários pouco agressivos; g) poucas empresas (pequenas e médias) exportando; h) falta de estímulos governamentais; i) burocracia exagerada; j) carga tributária elevada; e l) negociadores despreparados na defesa dos interesses regionais no âmbito externo. Ainda segundo esse autor, o Nordeste revelou um baixíssimo coeficiente de abertura ao exterior, seja medido pelas exportações, seja pelas importações, no período de 1960-2001, em função do modelo de industrialização adotado na Região, substituição de importações, ter se voltado para o mercado interno, tanto na venda dos produtos (matérias-primas e intermediários) como na compra de matérias-primas de empresas de outras regiões do País, em substituição as de outras nações. Os números das cinco últimas décadas apresentam a perda relativa das exportações nordestinas frente às demais regiões. Em 1960, as exportações do Nordeste representavam 22,55% nas exportações totais do Brasil. Em 1970, era de apenas 15,93%. Caiu em 1980 para 11,07%, em 1990 para 9,78% e chegou a 2000 com apenas 7,57% do total brasileiro segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e MDIC. Enquanto isso, as Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil apresentaram um incremento nas suas participações percentuais das exportações brasileiras de 9,4% e 2,98%, respectivamente, no período 1960-2000.

2.3 A INSERÇÃO INTERNACIONAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Uma vez esgotado o modelo desenvolvimentista, iniciado na década de 50, que beneficiou o parque industrial nordestino com agências de desenvolvimento: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNB) e incentivos fiscais, donde nasceram o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Pólo de Confecções de Fortaleza, o Complexo de Salgema de Alagoas e o Complexo Minero-Metalúrgico do Maranhão, adicionado ao fato de inexistirem políticas industriais de longo prazo para a Região (apud,

2003), surgiram políticas locais (por estado) de atração de investimentos industriais, via guerra fiscal com incentivos financeiros, tributários e de infra-estrutura, possivelmente com saldo final negativo para a Região ou o País. Os movimentos atuais de crescimento econômico nos estados nordestinos estão inseridos nesse contexto de competição inter-estados. Nos últimos 10 anos, buscou-se observar os movimentos desenhados pelos três maiores estados, em termos de PIB e de exportações, através de cálculos de diversos indicadores econômicos.

É possível perceber, nos últimos 10 anos, algumas mudanças qualitativas e quantitativas nas exportações dos três principais estados nordestinos. No âmbito qualitativo, há a chegada de novos produtos na pauta de exportações, com uma maior pulverização na competitividade no fronte externo. Na dimensão quantitativa, esses novos setores demonstraram uma maior capacidade de crescimento que a verificada em setores tradicionais, alterando o paradigma do ritmo de crescimento das vendas externas na Região. Os dados foram obtidos junto ao Sistema ALICE do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

2.4 O PERFIL DAS EXPORTAÇÕES DA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO

A BAHIA

Na Bahia, enquanto os setores de materiais de transporte e de minerais vêm aumentando aceleradamente as participações no total exportado por aquele Estado, os de produtos químicos e de plásticos e borrachas (ambos tradicionais), que também experimentaram expansões, porém, em menor magnitude, têm perdido espaço no total das exportações baianas. O setor de materiais de transporte é liderado pela Ford Motor, na cidade de Camaçary, inaugurada em 2001. A seguir, o Quadro I – A apresenta a evolução qualitativa das exportações da Bahia, em 14 setores, sobre o total exportado em cada ano, nos últimos 10 anos (período de 1996 – 2005). Uma outra característica apresentada é a

maior pulverização em um mix de produtos exportados, passando a participação de um conjunto de bens, genericamente denominados “Outros”, de 0,99% para 2,22% do total exportado por referido Estado. Os setores tradicionais da economia baiana que representavam 86,1% das exportações totais, passaram a 56,92%, representando uma diferença de 29,18% do total da pauta de exportações ocupada pelo surgimento de outros setores, ora mais dinâmicos e internacionalmente competitivos.

Observa-se que o crescimento dos setores mais dinâmicos em exportação na Bahia cresceram em média 363,2% no período.

QUADRO I - A										
EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: BAHIA - 1996/2005										
<i>Percentuais por Grupos de Produtos</i>										
GRUPO DE PRODUTOS	A N O S									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	15,29	16,23	20,09	15,35	16,03	16,55	16,34	16,59	18,03	14,20
Minerais	10,23	7,96	9,64	11,32	12,93	26,58	18,55	19,91	14,38	23,92
Produtos Químicos	25,00	24,99	28,19	26,22	26,29	20,61	23,06	19,88	18,50	14,57
Plásticos e Borrachas	8,69	7,54	6,00	6,81	6,57	5,00	4,32	4,69	5,13	5,45
Calçados e Couros	1,75	1,68	1,54	1,19	1,46	2,00	2,70	2,65	3,03	2,13
Madeiras e Carvão Vegetal	0,69	1,10	1,69	0,92	1,04	0,74	0,90	0,27	0,36	0,19
Papel e Celulose	9,94	12,49	12,37	15,20	15,00	10,20	9,51	8,04	6,84	7,25
Têxtil	3,03	3,90	4,19	4,36	3,88	3,86	2,75	2,96	3,81	3,43
Minerais não Metálicos	5,82	5,54	4,74	3,26	2,68	2,37	3,23	2,00	1,74	1,71
Metalurgia	15,68	13,92	7,68	10,99	9,62	7,96	10,21	7,67	9,47	9,66
Máquinas e Equipamentos	2,65	3,12	2,38	2,01	1,76	1,19	1,11	0,85	0,79	0,65
Material de Transporte	0,01	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	4,80	12,23	15,77	14,57
Ótica e Instrumentos	0,22	0,25	0,29	0,46	0,22	0,07	0,04	0,02	0,02	0,03
Outros	0,99	1,25	1,20	1,89	2,54	2,85	2,48	2,24	2,11	2,22
T O T A I S	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).										

A seguir, o Quadro I – A (COMPLEMENTAR) apresenta a evolução quantitativa das exportações da Bahia, também em 14 setores, sobre o total exportado no ano-base de 1996 (período de 1996 – 2005). A fonte e os dados são os mesmos do Quadro I – A anterior, alterando-se apenas a perspectiva da visão que passou a ser o ritmo de crescimento de cada setor em comparação com os demais nos últimos 10 anos. Observe-se no quadro que os setores ora citados como tradicionais experimentaram crescimento satisfatório no período, porém os setores

dinâmicos impuseram um ritmo de crescimento das exportações capaz de superar a média de expansão dos tradicionais de 165,5% nos últimos 10 anos. Apresentaram uma variação positiva de 363,2% em média. Isso porque foi excluído da contagem o setor de materiais de transporte que por ter iniciado exportações a partir de 2002 na Bahia, em volumes consideráveis, distorce o valor da média. São destaques os setores de materiais de transporte, minerais, a pulverização em “outros” e calçados e couros. Também é possível visualizar, de uma forma geral, que os anos em que ocorreram a crise da Ásia e da Rússia, 1998 e 1999, respectivamente, foram também os de piores desempenhos para a pauta de exportação baiana.

QUADRO I - A (COMPLEMENTAR)										
EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: BAHIA - 1996/2005										
<i>Crescimento dos Grupos de Produtos</i>										
GRUPO DE PRODUTOS	A N O S									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	100	107	130	86	110	124	139	191	260	301
Minerais	100	79	93	95	133	298	237	344	310	759
Produtos Químicos	100	101	112	90	111	95	120	140	163	189
Plásticos e Borrachas	100	88	68	67	80	66	65	95	130	204
Calçados e Couros	100	97	87	58	88	131	201	267	381	394
Madeiras e Carvão Vegetal	100	161	242	114	158	123	170	69	116	91
Papel e Celulose	100	127	123	131	159	118	125	143	151	237
Têxtil	100	130	137	123	135	146	119	173	277	368
Minerais não Metálicos	100	96	81	48	48	47	73	61	66	95
Metalurgia	100	90	49	60	65	58	85	86	133	200
Máquinas e Equipamentos	100	119	89	65	70	52	55	57	65	79
Material de Transporte	100	139	0	178	0	0	82.955	286.070	459.752	625.848
Ótica e Instrumentos	100	114	128	177	101	38	24	18	23	42
Outros	100	128	120	163	270	329	327	398	469	726
(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).										

A Bahia apresentou 92 municípios que efetivaram exportações em 2005. O Estado possui quatro pólos exportadores (fonte: MDIC e IBGE) e apresentava, em 2005, os seguintes percentuais no total exportado: 1) região de influência de Salvador, inclusive cidades interioranas ligadas ao porto da capital por ferrovias, e do Pólo Petroquímico de Camaçari (78,66%); 2) área de influência de Porto Seguro e Ilhéus (11,93%); 3) região de Juazeiro e médio São Francisco (2,14%); e 4) Região Oeste

da Bahia (7,15%). Na Região Metropolitana de Salvador são exportados os petroquímicos, em Aratu os plásticos e produtos industrializados, as pastas de madeira e celulose são exportados pela área de influência de Porto Seguro, o cacau a partir dos municípios de Ilhéus e Itabuna (Região Sul), as frutas e derivados são produzidos na região de Juazeiro e a produção de soja exportada a partir da Região de Barreiras.

Numa perspectiva dinâmica, observou-se uma evolução de 48,63% das exportações baianas de 2005 em relação a 2004 (ver tabela II, do anexo). Fazendo-se uma média ponderada do crescimento de cada produto pelo seu peso relativo no total das exportações (dos 30 principais produtos da pauta), obtem-se uma variação média positiva de 28,45%, significando que apesar do aumento das exportações da Bahia em 48,63% (período 2004-2005), alguns produtos influenciaram negativamente o desempenho do conjunto, como foi o caso de: bagaços, ácido fosfonometil e do etanodiol. Individualmente, o produto que mais se destacou no crescimento das vendas externas, face ao seu peso na pauta de exportação do Estado, foi o óleo-combustível. O Estado respondeu por 57% de todas as vendas externas da região Nordeste em 2005.

O CEARÁ

No Ceará, o maior dinamismo se observa no setor de calçados e couros, seguido de longe pela metalurgia e pelo material de transporte. Esses três setores conseguiram elevar a participação no total exportado pelo Ceará em 34,87%. No setor de calçados cearenses duas empresas se destacam, com exportações para 85 países: a Grendene e a Vulcabras do Nordeste, ambas do mesmo grupo empresarial. A Grendene tem filiais nas cidades de Sobral, Fortaleza e Crato, tendo incrementado a atividade exportadora a partir da segunda metade da década de 90. No setor de metalurgia a liderança está com a Gerdau S.A. Essa empresa possui duas unidades industriais no Ceará, no município de Maracanaú, sendo uma siderúrgica e uma unidade de corte e dobra de aço. O setor

de material de transporte é liderado pela Durametal S.A., que iniciou exportações em 1992 e produz tambores de freios e cubos de rodas para veículos pesados, tem sede em Fortaleza e filial em São Paulo. A pauta de exportações cearense que ainda é concentrada nos setores de alimentos (castanhas e pescados) e no têxtil, vêm apresentando mudanças, fazendo diminuir a dependência desses dois únicos setores. Uma característica apresentada na Bahia e não encontrada no Ceará é a maior pulverização em um mix de produtos exportados, permanecendo praticamente inalterada a participação de um conjunto de bens, genericamente denominados “Outros” no referido Estado. A seguir, o Quadro I – B sintetiza as mudanças qualitativas em 14 setores, nos últimos 10 anos (período 1996 – 2005). Os setores tradicionais da economia cearense que representavam 86,59% das exportações totais, passaram a 52,42%, representando uma diferença de 34,17% do total da pauta de exportações ocupada pelo surgimento de outros setores, ora mais dinâmicos e internacionalmente competitivos.

QUADRO I - B										
EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: CEARÁ - 1996/2005										
<i>Percentuais por Grupos de Produtos</i>										
GRUPO DE PRODUTOS	ANOS									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	65,78	63,61	56,00	49,87	45,93	37,26	41,09	35,82	36,61	36,47
Minerais	0,15	0,19	0,10	0,18	0,48	0,24	0,14	3,82	0,95	0,36
Produtos Químicos	0,17	0,27	0,00	0,00	0,03	0,02	0,06	0,05	0,10	0,09
Plásticos e Borrachas	0,21	0,30	0,15	0,09	0,08	0,05	0,08	0,08	0,21	0,24
Calçados e Couros	5,18	10,84	19,28	25,79	27,38	34,09	33,92	35,22	35,78	35,76
Madeiras e Carvão Vegetal	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,04	0,04	0,08	0,02
Papel e Celulose	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
Têxtil	20,81	18,16	19,42	17,32	19,44	20,43	17,63	18,27	16,80	15,95
Minerais não Metálicos	0,81	1,19	1,05	0,83	0,68	1,03	0,73	0,68	0,92	1,12
Metalurgia	3,02	2,76	1,82	2,27	1,84	1,51	1,55	2,67	4,78	5,47
Máquinas e Equipamentos	0,95	0,58	0,42	0,33	0,66	0,73	0,50	0,70	1,28	0,79
Material de Transporte	0,40	0,21	0,87	0,74	0,87	1,48	1,69	1,12	1,44	2,24
Ótica e Instrumentos	0,80	0,52	0,05	0,59	0,28	0,67	0,30	0,18	0,19	0,22
Outros	1,71	1,37	0,82	1,98	2,33	2,48	2,25	1,35	0,85	1,25
TOTAIS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).										

A seguir, o Quadro I – B (COMPLEMENTAR) apresenta a evolução quantitativa das exportações do Ceará, também em 14 setores, sobre o total exportado no ano-base de 1996 (período de 1996 – 2005). A fonte

e os dados são os mesmos do Quadro I – B anterior, alterando-se apenas a perspectiva da visão que passou a ser o ritmo de crescimento de cada setor em comparação com os demais nos últimos 10 anos. Observe-se no quadro que os setores ora citados como tradicionais (alimentos e têxtil) experimentaram crescimento insatisfatório no período, porém os setores dinâmicos impuseram um ritmo de crescimento das exportações capaz de superar a média de expansão dos tradicionais de 62,0%, 2005 em relação 1996. Apresentaram, em média, uma variação positiva de 946% no mesmo período de comparação. Isso porque foi excluído da contagem o setor de papel e celulose que exportava pequenas quantidades no ano tomado como referência (1996) e se levado em consideração distorceria o valor da média. São destaques os setores de calçados e couros, Papel e Celulose, materiais de transporte, minerais e madeiras e carvão vegetal. É possível visualizar, de uma forma geral, como o foi para a Baía, que os anos em que ocorreram a crise da Ásia e da Rússia (1998, 1999 e 2000), foram também os de piores desempenhos para a pauta cearense.

QUADRO I - B (COMPLEMENTAR)
EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: CEARÁ - 1996/2005
Crescimento dos Grupos de Produtos

GRUPO DE PRODUTOS	A N O S									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	100	90	79	74	91	78	89	109	126	136
Minerais	100	116	64	114	409	221	134	5.012	1.416	581
Produtos Químicos	100	143	1	1	20	14	48	59	133	124
Plásticos e Borrachas	100	134	67	42	51	36	57	73	228	279
Calçados e Couros	100	194	347	486	688	911	936	1.360	1.560	1.688
Madeiras e Carvão Vegetal	100	114	224	108	78	83	1.704	2.414	5.479	1.762
Papel e Celulose	100	4.437	2.279	22.154	30.266	23.867	21.684	23.266	107.492	146.913
Têxtil	100	81	87	81	122	136	121	176	182	188
Minerais não Metálicos	100	137	121	101	110	176	129	169	258	339
Metalurgia	100	85	56	73	79	70	74	177	358	443
Máquinas e Equipamentos	100	57	41	34	90	107	76	147	303	203
Material de Transporte	100	49	202	179	282	511	602	559	811	1.364
Ótica e Instrumentos	100	60	6	72	45	116	54	45	54	67
Outros	100	74	45	113	177	200	188	158	111	178

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).

O Ceará apresentou 47 cidades que efetivaram exportações em 2005. A região do entorno de Fortaleza concentra a maior fatia do volume exportado do Ceará (68,1%), vindo em segundo lugar o lado Noroeste, comandado pelos municípios de Sobral (calçados) e Itapajé (11,05%), em seguida o extremo norte do Estado, com Uruburetama e Camocim como principais cidades (8,1%), o município de Aracati (peixes e crustáceos) que sozinho representa 5% das exportações do Ceará, o setor Leste do Estado exporta apenas 3,7% do total e a principal cidade é Quixeré e, por último, a região central do Estado, com 2,9% do total enviado ao exterior, sob a liderança do município de Quixeramobim. (fonte: MDIC e IBGE).

Pode-se observar uma evolução de 9,58% das exportações cearense de 2005 em relação a 2004 (ver tabela III). Fazendo-se uma média ponderada do crescimento de cada produto pelo seu peso relativo no total das exportações (dos 30 principais produtos da pauta), obtém-se uma variação média positiva de 33,39%, significando que apesar do aumento das exportações do Ceará em 9,58% (período 2004-2005), alguns produtos influenciaram positivamente o desempenho do conjunto, em função do seu peso na pauta de exportações, como foi o caso de: couros e peles, calçados de couro artificial e natural, melões frescos, ceras vegetais, freios para tratores, barras de ferro e tecidos de algodão. Individualmente, o produto que mais se destacou no crescimento das vendas externas, face ao seu peso na pauta de exportação do Estado, foi o melão fresco. O Estado respondeu por 9% de todas as vendas externas da região Nordeste em 2005.

PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco apresentou uma pauta de exportações (Mata e Hidalgo, 2003) mais variada que a cearense e menos que a baiana. Porém, havia também, naquele Estado, uma forte concentração nos setores de alimentos, fumos e bebidas que se mostrou decrescente ao longo dos dez últimos anos, como mostra o Quadro I – C abaixo. No

setor de alimentos predomina a produção de açúcares para exportação, nas conhecidas usinas de açúcares e álcool. Referido setor chegou a contar com 44 usinas, restando apenas 14 em operação, nos dias atuais. Além disso, os setores de produtos químicos, plásticos e borrachas, calçados e couros, têxtil e máquinas e equipamentos vêm mantendo uma certa estabilidade no total das exportações pernambucanas. Uma empresa lidera as exportações de produtos químicos, plásticos e borrachas: a Petroflex. Seguida pela Companhia Alcoolquímica Nacional no setor de produtos químicos. A empresa Irmãos Coutinho Indústria de Couros S.A. lidera as exportações de couros. O setor têxtil é comandado pelas empresas Vicunha têxtil e Suape têxtil. O setor de máquinas e equipamentos tem a liderança da Leon Heimer. Percebe-se no referido Estado, um progresso no setor de minerais, o nascimento do setor de papel e celulose e os melhores desempenhos da metalurgia e dos minerais não metálicos. Os setores tradicionais da economia pernambucana representado por alimentos, fumo e bebidas; produtos químicos; plásticos e borrachas; calçados e couro; têxtil e máquinas e equipamentos que juntos somaram 94,84% das exportações totais, passaram a 72,61%, representando uma diferença de 22,23% do total da pauta de exportações ocupada pelo surgimento de outros setores, ora mais dinâmicos e internacionalmente competitivos. Somente o setor de alimentos perdeu 19,14 pontos percentuais de participação no total exportado.

O crescimento dos setores mais dinâmicos em exportações em Pernambuco apresentou uma média de crescimento de 625%.

QUADRO I - C**EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: PERNAMBUCO - 1996/2005***Percentuais por Grupos de Produtos*

GRUPO DE PRODUTOS	A N O S									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	64,28	61,07	62,35	52,18	45,90	61,01	61,54	55,03	51,91	45,14
Minerais	0,00	0,01	0,02	0,07	0,13	0,04	1,18	4,96	2,88	5,92
Produtos Químicos	2,67	5,63	3,48	3,11	6,04	4,34	2,78	2,49	2,36	2,41
Plásticos e Borrachas	10,09	8,61	6,92	10,53	10,54	6,91	5,49	7,44	7,42	11,15
Calçados e Couros	3,67	4,23	2,97	3,69	3,83	1,73	2,57	2,76	2,82	2,03
Madeiras e Carvão Vegetal	0,02	0,00	0,01	0,02	0,04	0,01	0,04	0,05	0,01	0,01
Papel e Celulose	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	0,11	0,56	0,46	0,26	0,45
Têxtil	5,27	8,11	7,24	8,67	10,20	7,57	6,28	10,03	5,81	4,75
Minerais não Metálicos	1,25	1,09	1,33	1,36	1,57	1,78	1,56	1,96	2,76	3,21
Metalurgia	1,99	1,22	2,26	4,65	4,12	4,45	3,75	5,59	10,11	11,49
Máquinas e Equipamentos	8,86	7,85	11,54	13,05	13,73	9,89	12,82	7,92	6,85	7,13
Material de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,08	0,16	0,02	0,02	0,06
Ótica e Instrumentos	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,03	0,12	0,08	0,22
Outros	1,91	2,16	1,87	2,64	3,81	2,08	1,26	1,18	6,71	6,02
TOTAIS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).

A seguir, o Quadro I – C (COMPLEMENTAR) apresenta a evolução quantitativa das exportações de Pernambuco, também em 14 setores, sobre o total exportado no ano-base de 1996 (período de 1996 – 2005). A fonte e os dados, como nos outros estados, são os mesmos do Quadro I – C anterior, alterando-se apenas a perspectiva da visão que passou a ser o ritmo de crescimento de cada setor em comparação com os demais nos últimos 10 anos. Observe-se no quadro que os setores ora citados como tradicionais experimentaram crescimento moderado no período, porém os setores dinâmicos impuseram um ritmo de crescimento das exportações capaz de superar a média de expansão dos tradicionais de 78,2%, 2005 em relação 1996. Apresentaram, em média, uma variação positiva de 625% no mesmo período de comparação. Isso porque foram excluídos da contagem os setores de minerais, papel e celulose, material de transporte e ótica e instrumentos que exportavam pequenas quantidades no ano tomado como referência (1996) e se levado em consideração distorceria o valor da média. São destaques os setores de minerais, minerais não metálicos, metalurgia e outros. É possível visualizar, de uma forma geral, que os anos em que

sucederam a crise da Ásia e da Rússia (2000, 2001 e 2002), foram também os de piores desempenhos para a pauta pernambucana.

O Estado de Pernambuco apresentou uma média ponderada de crescimento de cada produto em função do seu peso relativo no total das exportações no valor de 60,71%.

QUADRO I - C (COMPLEMENTAR)										
EXPORTAÇÕES PARA O RESTO DO MUNDO: PERNAMBUCO - 1996/2005										
Crescimento dos Grupos de Produtos										
GRUPO DE PRODUTOS	ANOS									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentos, Fumo e Bebidas	100	104	103	63	59	93	90	103	122	162
Minerais	100	270	536	1.084	2.247	717	22.289	120.709	88.098	275.361
Produtos Químicos	100	231	138	91	188	160	98	112	134	208
Plásticos e Borrachas	100	93	73	81	87	67	51	89	112	254
Calçados e Couros	100	126	86	78	87	46	66	91	117	128
Madeiras e Carvão Vegetal	100	20	64	112	234	74	215	367	76	95
Papel e Celulose	100	103	307	5.298	10.990	33.979	169.163	178.466	128.807	339.846
Têxtil	100	168	146	128	161	141	112	229	167	208
Minerais não Metálicos	100	96	114	85	105	140	117	190	336	593
Metalurgia	100	67	121	182	172	219	176	338	768	1.326
Máquinas e Equipamentos	100	97	138	115	129	110	136	108	117	185
Material de Transporte	0	100	876	0	135.590	334.687	654.771	92.462	142.477	585.396
Ótica e Instrumentos	100	479	379	1.132	430	433	2.610	13.058	11.028	46.034
Outros	100	124	104	108	166	107	62	75	533	727

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).

O Estado de Pernambuco apresentou 38 municípios que efetivaram exportações em 2005. Combinando essas cidades em categorias geográficas, tem-se que a Zona da Mata lidera as vendas externas com 47% do total, com as vendas dos açúcares, seguida pela Região Metropolitana do Recife com 35,18%, com venda de aparelhos elétricos, tecidos e vestuários, plásticos e borrachas, produtos químicos orgânicos e peixes e crustáceos. O Oeste do Estado, sob liderança do município de Petrolina, com a fruticultura, ocupando a terceira colocação com 13,08% e, por último, a região Agreste com 4,24%, tendo como principais cidades exportadoras Belo Jardim (acumuladores elétricos), Caruaru (confeções) e Vitória de Santo Antão (bebidas).

Numa visão dinâmica, observa-se uma evolução de 64,77% das exportações pernambucanas no período 2004-2005, sendo uma mudança superior a alcançada pelo Ceará (9,58%) e a Bahia (48,64%). Fazendo-se uma média ponderada do crescimento de cada produto pelo seu peso relativo no total das exportações (dos 30 principais produtos da pauta), obtém-se uma variação média positiva de 60,71%, significando um aumento médio ponderado dos principais produtos de exportação de Pernambuco, influenciando positivamente o desempenho do conjunto, em função do seu peso na pauta de exportações, como foi o caso de: uvas frescas, borracha de butadieno, consumo de bordo e açúcar de cana (ver tabela III, do anexo). Apesar de o açúcar manter o seu tradicional primeiro lugar, os crescimentos mais significativos foram registrados em combustíveis e lubrificantes para embarcações, borracha de butadieno, álcool, rolhas, tampas e acessórios para embalagens de metal. Individualmente, o produto que mais se destacou no crescimento das vendas externas, face ao seu peso na pauta de exportação do Estado, foi uva fresca que saiu de US\$ 18,7 milhões (2004) para US\$ 53,9 milhões (2005). O Estado respondeu por 7,27% de todas as vendas externas da região Nordeste em 2005.

2.5 A ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO

A estruturação das exportações baianas por produtos revela uma diversificação em 100 itens, representando, na média dos dois últimos anos, 92,89% do total exportado, remanescendo um conjunto extenso de bens destinados ao exterior, mas de pouca expressividade no total (apenas 7,11%). Os principais itens da pauta de exportação da Bahia são: automóveis, óleo-combustível (fuel-oil) e óleos brutos de petróleo. Se forem considerados outros setores com menor representatividade, mas participantes da mesma cadeia de produção dos três produtos ou deles derivados, pode-se perceber uma concentração da pauta em automóveis e petróleo e seus derivados (ver tabela I, anexo I).

A estruturação das exportações cearenses por produtos com uma diversificação em 100 itens, representando, na média dos dois últimos anos, 97,41% do total exportado (indicando maior concentração do que a Bahia em 4,52%), remanescendo um conjunto extenso de bens destinados ao exterior, mas de pouca expressividade no total (apenas 2,59%). Os principais itens da pauta de exportação do Ceará são: castanha de caju, outros couros/peles, calçados de couro natural, calçados de borracha, camarões, tecidos de algodão e lagostas. Se forem considerados outros setores com menor representatividade, mas participantes da mesma cadeia de produção, pode-se perceber uma concentração da pauta em castanhas e calçados (ver tabela III).

A estruturação das exportações pernambucanas por produtos é possível com uma diversificação em 100 itens, representando, na média dos dois últimos anos, 96,1% do total exportado (indicando menor e maior concentração do que, respectivamente, o Ceará (em 1,3%) e a Bahia (3,21%)), remanescendo um conjunto extenso de bens destinados ao exterior, mas de pouca expressividade no total (apenas 3,9%). Os principais itens da pauta de exportação de Pernambuco são: açúcar de cana (bruto), uvas frescas, açúcares cristal e refinado, borracha de butadieno, consumo de bordo, butanos liquifeitos, mangas frescas, tubos de ferro/aço, álcool etílico, lagostas e rolhas e tampas para embalagens (ver tabela V). O volume exportado por cada estado mostra uma concentração da atividade exportadora, em 2005, no Estado da Bahia, que exporta 6,39 vezes o valor conseguido pelo Ceará e 7,83 vezes o valor de Pernambuco.

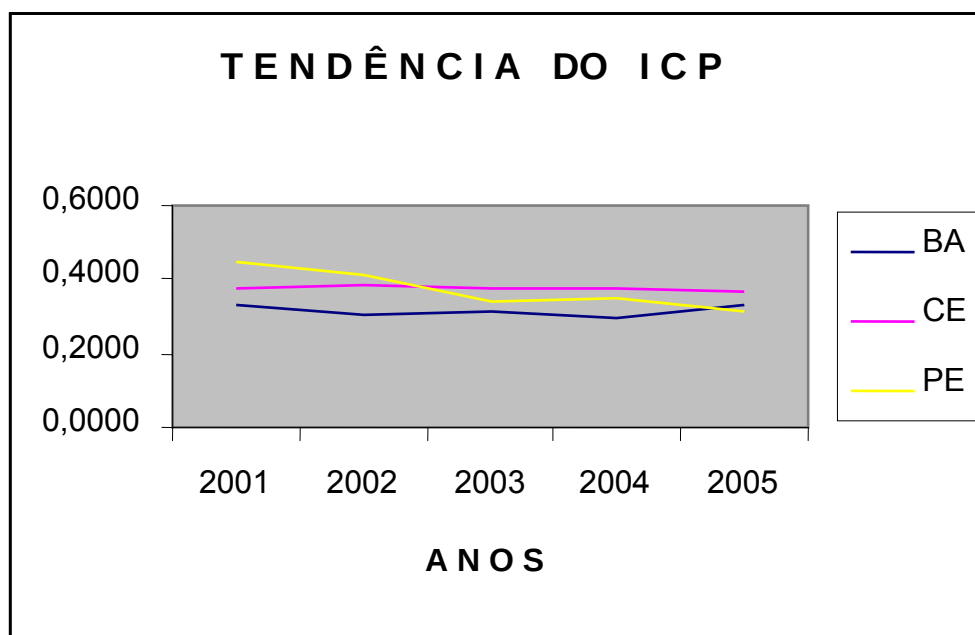
A literatura econômica tem reservado um espaço razoável à preocupação com a concentração das exportações em poucos produtos, como o açúcar, têxteis; couro e calçados; plásticos e máquinas e equipamentos de baixa intensidade tecnológica. Segundo os economistas, um país ou região com um índice elevado de concentração em poucos produtos sofreria de uma instabilidade nas receitas cambiais

que o deixaria vulnerável às mudanças desfavoráveis (alteração nas preferências dos consumidores) na demanda externa por esses itens. O coeficiente de Gini-Hirschman foi criado objetivando medir o grau dessa fragilidade apresentada por países ou regiões. Levantou-se dados dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco para a construção do referido índice, chegando-se aos resultados mostrados no Quadro 1 – D a seguir. Os cálculos desse quadro foram feitos para os cinco últimos anos. Fazendo-se a média aritmética dos índices, observa-se que a Bahia apresenta o menor nível de concentração dentre os três estados, com $ICP = 0,3143$. Ceará e Pernambuco ficam praticamente empatados, com $ICP = 0,3750$ e $ICP = 0,3734$, respectivamente, salientando-se porém que este último demonstrou uma tendência à redução do indicador, saindo de um $ICP = 0,4465$, em 2001, para um $ICP = 0,3148$, em 2005.

QUADRO I - D

INDICES DE CONCENTRAÇÃO POR PRODUTOS			
ANOS	ESTADOS		
	BAHIA	CEARA	PERNAMBUCO
2005	0,3293	0,3681	0,3148
2004	0,2948	0,3746	0,3519
2003	0,3122	0,3763	0,3417
2002	0,3065	0,3806	0,4121
2001	0,3285	0,3752	0,4465
MEDIA	0,3143	0,3750	0,3734
Fonte: calculado pelo autor a partir de dados do MDIC.			

Também há distância entre os números dos três estados ora analisados e o índice calculado para o Brasil que ficou em $ICP = 0,1995$, revelando a pequena variedade de produtos da Região Nordeste frente ao leque de ofertas das regiões Sul e Sudeste do País. A seguir, um gráfico de tendência desse indicador nos cinco últimos anos:



2.6 AS EXPORTAÇÕES SEGUNDO BLOCOS E PAÍSES DE DESTINO

A União Européia é o bloco econômico de destino principal das exportações baianas, com 25,65% do total, mantendo-se na liderança já há alguns anos. A Bahia conseguiu aumentar a participação do referido destino de 23,50% para 25,65% do total exportado, no período 2004-2005. Os principais compradores europeus dos produtos baianos foram: Holanda (16%), França (13%), Itália (13%), Portugal (13%), Alemanha (12%), Reino Unido (9%), Bélgica (9%) e Espanha (8%). Numa ótica da evolução do fluxo de comércio, a União Européia (EU) se apresentou como o destino de maior dinamismo para os produtos baianos, com 62,2% de crescimento de 2004 para 2005 (ver tabela II). O segundo maior destino das exportações da Bahia é o bloco dos Estados Unidos (inclusive Porto Rico), com 17,91% do total. No entanto, percebe-se um crescimento vegetativo (2,58%) das exportações para referido macro-importador, tendo ocorrido redução da participação percentual de 25,96% em 2004 para 17,91% em 2005. Também a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), exclusive o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua participação relativa no total das exportações baianas diminuída de 16,85% em 2004 para 14,85% em 2005. O

desempenho do MERCOSUL foi similar ao da ALADI, com perda de 2,57 pontos percentuais no bolo total de 2004 para 2005. Já o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM) revelou-se um excepcional destino para as exportações da Bahia em 2005, aumentando sua participação no total exportado em 9,92 pontos percentuais. Em termos de países, Portugal apresentou o maior índice de crescimento de importações da UE. Os Estados Unidos da América(EUA) perderam participação relativa em função da estagnação das vendas para aquele destino. No âmbito da ALADI, o melhor resultado ficou na relação comercial com a Venezuela. No MERCOSUL, o destaque foi a continuidade da recuperação das exportações para a Argentina. No CARICOM, as Bahamas apresentaram um impressionante desempenho.

Os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) é o bloco econômico de destino principal das exportações cearenses, com 31,03% do total, mantendo-se na liderança já há alguns anos. Dentre os três estados, o Ceará é o de maior concentração das exportações para um único destino. O Ceará diminuiu a participação do referido destino de 34,38% para 31,03% do total exportado, no período 2004-2005. Porém, o segundo colocado, a União Européia, vem logo em seguido, com um percentual de 25,35%. Os principais compradores dos produtos cearenses foram os Estados Unidos da América. No bloco da UE, os principais destinos foram Holanda e Espanha. Numa ótica da evolução do fluxo de comércio, a UE se apresentou como o destino de maior dinamismo para os produtos cearenses, com 14,17% de crescimento de 2004 para 2005, considerando-se o peso da participação do referido destino no total exportado pelo Ceará (ver tabela IV). O terceiro maior destino das exportações do Ceará é o bloco MERCOSUL, com apenas 11,79% do total. No entanto, percebe-se um crescimento significativo (30,42%) das exportações para referido macro-importador, tendo ocorrido elevação da participação percentual de 9,91% em 2004 para 11,79% em 2005. Também a ALADI (exclusive o MERCOSUL) teve sua participação relativa no total das exportações cearenses diminuída de

11,54% em 2004 para 10,64% em 2005. Uma diferença do Ceará em relação à Bahia e Pernambuco é que exporta, em maior volume, para a Ásia (exclusive Oriente Médio). Em termos de países, os Estados Unidos apresentaram o maior índice de concentração de exportações do Ceará (30,62%) e distante do segundo colocado Argentina (9,17%), revelando um acentuado grau de sensibilidade das exportações à política econômica americana. Os EUA, como macro-importador, perderam participação relativa de 3,45 pontos percentuais, em função da estagnação das vendas para aquele destino.

A semelhança do Ceará, os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) é o bloco econômico de destino principal das exportações pernambucanas, com 24,70% do total, mantendo-se na liderança já há alguns anos. Pernambuco aumentou a participação do referido destino de 22,82% para 24,70% do total exportado, no período 2004-2005. Porém, o segundo colocado, a União Européia, vem logo em seguida, com um percentual de 21,16% (ver tabela VI). Os principais compradores dos produtos pernambucanos foram os Estados Unidos da América. No bloco da UE, o principal destino foi a Holanda. Numa ótica da evolução do fluxo de comércio, a exceção da África, todos os blocos se apresentaram dinâmicos para os produtos pernambucanos, com uma média de crescimento de 2004 para 2005 de 67,13%, considerando-se o peso da participação dos destinos no total exportado por Pernambuco. O terceiro maior destino das exportações de Pernambuco é o bloco ALADI, com apenas 11,77% do total. No entanto, percebe-se um crescimento significativo (98,35%) das exportações para referido macro-importador, tendo ocorrido elevação da participação percentual de 9,78% em 2004 para 11,77% em 2005. Também o MERCOSUL teve sua participação relativa no total das exportações pernambucanas diminuída de 10,66% em 2004 para 9,96% em 2005. Em valores absolutos, o MERCOSUL demandou um volume maior de bens pernambucanos (53,96%). É que o desempenho ainda melhor junto aos blocos EUA, UE e ALADI fez cair a participação relativa. Uma diferença de Pernambuco em relação à Bahia

e Ceará é que exporta, em maior volume, para a África (exclusive Oriente Médio). Em termos de países, os Estados Unidos apresentou o maior índice de concentração de exportações de Pernambuco (24,50%) e distante do segundo colocado Argentina (8,89%), revelando um acentuado grau de sensibilidade das exportações à política econômica americana. Essa tendência está vinculada às exportações de açúcar para aquele País. Os EUA, como macro-importador, ganharam participação relativa de 1,93 pontos percentuais, em função da evolução das vendas para aquele destino.

De maneira semelhante ao efetuado no item anterior, o índice de Gini-Hirschman pode ser utilizado para medir o grau de concentração das exportações de cada estado estudado em função do destino de embarque. Como os dados disponíveis no MDIC foram referentes aos dois últimos anos, não foi possível uma análise de tendência. Levantou-se dados dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco para a construção do referido índice, chegando-se aos resultados mostrados no Quadro 1 – E a seguir:

QUADRO I - E			
ANOS	ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO POR DESTINO		
	ESTADOS		
	BAHIA	CEARA	PERNAMBUCO
2005	0,2959	0,3738	0,3241
2004	0,3671	0,4024	0,3173
MEDIA	0,3315	0,3881	0,3207
Fonte: calculado pelo autor a partir de dados do MDIC.			

Desta vez é o Estado de Pernambuco que apresentou, em média, o menor grau concentração das exportações por destino, com ICD = 0,3207, embora a Bahia tenha aparecido em melhor situação em 2005, com ICD = 0,2959. O Ceará apresentou a pior performance, com uma média de ICD = 0,3881, como resultado do maior afluxo de exportações para os Estados Unidos, Argentina, Espanha e Holanda.

2.7 A ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO BLOCOS E REGIÕES DE DESTINO

As principais empresas exportadoras (100) instaladas na Bahia são responsáveis por 89,29% das vendas externas em 2005, sendo o maior nível de concentração empresarial dentre os três Estados ora analisados. Observando-se a listagem dos principais ramos exportadores, verifica-se uma concentração em torno dos 40% das exportações no setor petroquímico. Na segunda colocação vem o setor de veículos e peças, efeito da implantação do parque automotivo na Região Metropolitana de Salvador (ver tabela VII). Além desses dois, vem ganhando importância os setores de metais, aços, alimentos do oeste da Bahia (soja, milho e algodão) e celulose a partir do eucalipto. Como foi descrito na seção anterior sobre os principais blocos econômicos de destino das exportações baianas, os principais importadores dessas empresas estão na UE e EUA. À exceção do setor automotivo, os demais são fornecedores de insumos e matérias-primas ou bens primários.

As principais empresas exportadoras (100) instaladas no Ceará são responsáveis por 87,87% das vendas externas em 2005. Observando-se a listagem dos principais ramos exportadores, verifica-se uma concentração em torno dos 40% das exportações no setor têxtil e calçadista. Na segunda colocação vem o setor de alimentos, com 21,8%, distribuído entre castanhas de caju, pescados e fruticultura. Além desses dois, vem ganhando importância os setores de metais, aços, freios e suas partes. Como foi descrito na seção anterior sobre os principais blocos econômicos de destino das exportações cearenses, os principais importadores dessas empresas estão nos EUA e UE. Verifica-se que os bens exportados pelo Ceará são de baixo valor agregado e de setores tradicionais (ver tabela VIII).

As principais empresas exportadoras (100) instaladas em Pernambuco são responsáveis por 79,26% das vendas externas em 2005, indicando menor concentração que a Bahia em 10,03 pontos percentuais e Ceará

em 8,61 pontos percentuais. Observando-se a listagem dos principais ramos exportadores, verifica-se uma concentração em torno dos 19,23% das exportações no setor de combustíveis e lubrificantes, além do tradicional setor exportador de açúcar. Porém, a distribuição das exportações por setores de atividade é mais diversificada em Pernambuco que nos demais estados do Nordeste. Vem ganhando importância os setores de combustíveis e lubrificantes, petroquímico, metais e aços e fruticultura. Como foi descrito na seção anterior sobre os principais blocos econômicos de destino das exportações pernambucanas, os principais importadores dessas empresas estão nos EUA e UE (ver tabela IX). Já as 10 maiores empresas exportadoras do Estado foram a Esso, Petroflex, Alcoa, Petrobras, Construtora Norberto Odebrecht, Terphane, Gerdau, Fluxo Serviços Técnicos, Empaf e Usina Petribú.

CAPÍTULO 3 – OS ÍNDICES DO COMÉRCIO EXTERIOR DOS TRÊS ESTADOS

Neste capítulo, abordar-se-á o cálculo das vantagens comparativas reveladas, das vantagens comparativas reveladas simétricas, do indicador de contribuição ao saldo comercial e do indicador de cobertura. Essa abordagem terá um caráter técnico, de acordo com a metodologia descrita no capítulo referente ao modelo teórico. Em seguida, após a análise dos resultados, poder-se-á concluir quais são os pontos fortes e os pontos fracos de cada um dos estados ora estudados (Bahia, Ceará e Pernambuco).

3.1 AS VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS

O quadro I apresenta a evolução do índice das Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) durante o período 2001-2005 nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. O critério de classificação agregado utilizado na tabela é análogo ao implementado por Hidalgo e Vergolino (1996), exposto logo em seguida ao quadro I.

Os agregados da Bahia que apresentam VCR são: Minerais, Produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose, Têxtil e Material de Transporte. Percebe-se nesses grupos a forte influência do Pólo Petroquímico de Camaçari, com segmentos intensivos em capital.

O Ceará apresentou VCR nos seguintes agregados: Alimentos (peixes e crustáceos e castanhas), Fumo e Bebidas, Calçados e Couros e Têxtil. É cada vez mais forte a participação de calçados e têxteis no PIB cearense, intensivos em mão-de-obra.

QUADRO I

VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA: BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO

Modelo Bela Balassa (1965)

GRUPO DE PRODUTOS	BAHIA					CEARÁ					PERNAMBUCO				
	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001
Alimentos, Fumo e Bebidas	0,49	0,63	0,57	0,58	0,60	1,36	1,29	1,24	1,45	1,34	1,69	1,83	1,92	2,20	2,21
Minerais	1,84	1,37	1,86	1,75	2,83	0,03	0,09	0,36	0,01	0,03	0,45	0,28	0,47	0,11	0,00
Produtos Químicos	3,23	3,98	3,98	4,62	4,31	0,02	0,02	0,01	0,01	0,00	0,53	0,51	0,50	0,56	0,91
Plásticos e Borrachas	1,91	1,91	1,82	1,85	1,87	0,08	0,08	0,03	0,03	0,02	3,89	2,79	2,59	2,11	2,60
Calçados e Couros	0,72	0,88	0,69	0,63	0,44	12,01	10,42	9,20	7,93	7,55	0,69	0,82	0,73	0,81	0,39
Madeiras e Carvão Vegetal	0,08	0,12	0,09	0,31	0,29	0,01	0,03	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00
Papel e Celulose	2,54	2,24	2,05	2,76	2,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,09	0,12	0,16	0,03
Têxtil	1,89	1,77	1,31	1,41	1,73	8,73	7,86	8,09	9,01	9,15	2,62	2,73	4,48	3,23	3,41
Minerais não Metálicos	0,87	0,81	0,90	1,33	1,07	0,57	0,43	0,31	0,30	0,46	1,63	1,29	0,89	0,64	0,81
Metalurgia	0,87	0,85	0,73	1,01	0,88	0,49	0,43	0,25	0,15	0,17	1,03	0,92	0,54	0,37	0,49
Máquinas e Equipamentos	0,04	0,05	0,05	0,06	0,06	0,02	0,03	0,03	0,01	0,02	0,48	0,50	0,56	0,97	0,70
Material de Transporte	1,17	1,17	1,10	0,40	0,00	0,18	0,11	0,10	0,14	0,11	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
Ótica e Instrumentos	0,07	0,05	0,05	0,06	0,09	0,50	0,43	0,37	0,45	0,83	0,51	0,18	0,25	0,05	0,01
Outros	0,75	0,75	0,76	0,78	0,88	0,42	0,30	0,46	0,71	0,77	0,07	0,03	0,04	0,01	0,00

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).

Outros

93 a 99

Armas e munições, mercadorias diversas, móveis, iluminação, brinquedos, produtos de esporte e objetos de arte.

Obs: 1- Critério utilizado por Thorstensen (1994) e por Hidalgo e Vergolino (1996).

2- Notar que a nomenclatura usada pelos outros dois autores é distinta.

Pernambuco demonstrou VCR nos seguintes agregados: Alimentos (açúcar e frutas), Fumo e Bebidas, Plásticos e Borrachas, Têxtil (fibras sintéticas e tecidos especiais), Minerais não Metálicos (gesso) e Metalurgia. No caso pernambucano, vislumbra-se a dualidade da predominância de setores tradicionais (açúcares, intensivo em mão-de-obra e recursos naturais) com os emergentes (frutas e gesso, intensivos em recursos naturais, e plásticos e borrachas, intensivo em capital).

3.2 AS VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS SIMÉTRICAS

O quadro II demonstra a evolução do índice das Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas (VCRS) durante o período 2001-2005 nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. O critério de classificação agregado utilizado na tabela é análogo ao implementado por Hidalgo e Vergolino (1996), já exposto na seção anterior.

QUADRO II

VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA SIMÉTRICA: BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO

Modelo Bela Balassa (1965) e Laursen (1998)

GRUPO DE PRODUTOS	BAHIA					CEARÁ					PERNAMBUCO				
	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001
Alimentos, Fumo e Bebidas	-0,34	-0,23	-0,27	-0,27	-0,25	0,15	0,13	0,11	0,19	0,15	0,25	0,29	0,31	0,37	0,38
Minerais	0,29	0,16	0,30	0,27	0,48	-0,95	-0,83	-0,47	-0,97	-0,95	-0,35	-0,57	-0,36	-0,80	-0,89
Produtos Químicos	0,53	0,60	0,60	0,64	0,62	-0,96	-0,96	-0,98	-0,98	-0,99	-0,30	-0,32	-0,33	-0,28	-0,05

QUADRO III

INDICADOR DE CONTRIBUIÇÃO AO SALDO COMERCIAL DA BAHIA

GRUPO DE PRODUTOS	2005	2004	2003	2002	2001
Alimentos, Fumo e Bebidas	8,40	13,01	6,76	6,97	11,76
Minerais	-20,25	-27,95	-14,36	-11,66	-6,24
Produtos Químicos	1,80	4,01	4,25	11,32	11,41
Plásticos e Borrachas	2,45	2,58	1,56	1,60	2,44
Calçados e Couros	1,40	2,37	2,20	2,48	1,80
Madeiras e Carvão Vegetal	0,18	0,35	0,25	0,88	0,73
Papel e Celulose	6,49	6,38	7,15	8,86	9,55
Têxtil	2,58	3,01	1,91	1,76	3,30
Minerais não Metálicos	1,53	1,63	1,76	3,10	2,29
Metalurgia	7,73	8,07	4,49	6,09	3,17
Máquinas e Equipamentos	-18,52	-19,28	-15,11	-17,45	-19,77
Material de Transporte	4,92	4,96	-1,80	-14,51	-21,52
Ótica e Instrumentos	-1,23	-1,13	-1,04	-1,73	-1,45
Outros	1,91	1,98	1,98	2,28	2,55

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC)

Os agregados da Bahia que apresentam VCRS são: Minerais, Produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose, Têxtil e Material de Transporte.

O Ceará apresentou VCRS nos seguintes agregados: Alimentos, Fumo e Bebidas, Calçados e Couros e Têxtil.

Pernambuco demonstrou VCRS nos seguintes agregados: alimentos, fumo e bebidas, plásticos e borrachas, têxtil, minerais não metálicos e metalurgia.

Observe-se que nos três estados, os agregados apresentados com VCR e VCRS são iguais, o que é perfeitamente aceitável, uma vez que a VCRS nada mais é que uma normalização da VCR.

QUADRO IV

INDICADOR DE CONTRIBUIÇÃO AO SALDO COMERCIAL DO CEARÁ

GRUPO DE PRODUTOS	2005	2004	2003	2002	2001
Alimentos, Fumo e Bebidas	20,68	16,40	13,17	22,22	18,13
Minerais	-26,10	-21,63	-4,68	-12,89	-21,49
Produtos Químicos	-9,22	-9,90	-9,55	-5,90	-4,46
Plásticos e Borrachas	-6,69	-4,23	-3,35	-2,58	-2,58
Calçados e Couros	32,46	33,24	33,88	33,31	32,64
Madeiras e Carvão Vegetal	-0,03	0,08	0,04	0,03	0,00
Papel e Celulose	-1,34	-0,96	-1,32	-1,89	-1,53
Têxtil	6,33	0,31	1,34	9,06	7,77
Minerais não Metálicos	0,33	0,18	0,17	0,41	0,59
Metalurgia	-11,59	-4,35	-4,48	-4,68	-5,93
Máquinas e Equipamentos	-11,32	-9,88	-26,70	-39,05	-25,36
Material de Transporte	-0,29	1,12	0,91	0,81	1,02
Ótica e Instrumentos	-1,37	-1,02	-0,66	-1,01	-1,21
Outros	0,86	0,63	1,24	2,18	-2,41

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC)

3.3 O INDICADOR DE CONTRIBUIÇÃO AO SALDO COMERCIAL (ICSC) DOS TRÊS ESTADOS

A seguir, no quadro III, apresenta-se o Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial da Bahia. Nele, observa-se a existência de vantagem comparativa revelada para os seguintes grupos de produtos: Alimentos, Fumo e Bebidas, Químicos, Plásticos e Borrachas, Calçados e Couros, Madeiras e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Têxtil, Minerais não Metálicos, Metalurgia e Material de Transporte. Sendo que os produtos Minerais e Máquinas e Equipamentos apresentam considerável desvantagem comparativa.

O Ceará, apresentado no quadro IV, demonstra um número menor de produtos com vantagens comparativas: Alimentos, Fumo e Bebidas, Calçados e Couros, Têxteis e Minerais não Metálicos. Os grupos de produtos Minerais, Metalurgia, Máquinas e Equipamentos, produtos Químicos e Plásticos e Borrachas são os de pior desempenho em termos de vantagens comparativas.

Pernambuco, mostrado no quadro V, apresentou vantagem comparativa nos seguintes produtos: Alimentos, Plásticos e Borrachas, Calçados e Couros, Têxtil, Minerais não Metálicos e Metalurgia. Demonstra desvantagem comparativa em produtos Químicos, Madeiras e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Máquinas e Equipamentos, Material de Transporte e Ótica e Instrumentos.

3.4 O ÍNDICE DE COBERTURA

QUADRO VI

ÍNDICE DE COBERTURA: BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO

GRUPO DE PRODUTOS	BAHIA					CEARÁ					PERNAMBUCO				
	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001	2005	2004	2003	2002	2001
Alimentos, Fumo e Bebidas	5,82	5,07	2,95	2,25	3,18	4,28	2,76	2,25	1,86	1,64	1,84	1,33	1,25	1,09	1,39
Minerais	0,94	0,45	0,95	0,78	0,75	0,02	0,06	0,62	0,01	0,01	0,51	0,12	0,12	0,02	0,00
Produtos Químicos	2,07	1,72	2,16	2,54	2,07	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,10	0,07	0,07	0,08	0,13
Plásticos e Borrachas	3,47	2,75	2,59	2,04	1,81	0,06	0,07	0,03	0,03	0,02	2,52	1,06	1,29	0,95	0,93
Calçados e Couros	6,10	6,64	14,22	18,63	8,86	51,47	34,82	104,25	54,18	20,92	4,32	5,02	5,36	3,81	3,69
Madeiras e Carvão Vegetal	116,80	292,20	133,46	230,24	38,82	0,78	220,36	24,20	4,15	0,84	0,21	0,20	1,11	0,53	0,21
Papel e Celulose	45,90	27,41	31,82	22,60	13,97	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,16	0,08	0,16	0,12	0,02
Têxtil	9,29	6,89	5,30	3,63	6,30	2,94	1,51	1,52	1,76	1,36	1,53	1,10	1,79	0,99	1,46
Minerais não Metálicos	44,95	32,31	26,74	42,06	23,79	2,48	1,87	1,87	1,98	1,97	2,83	1,00	1,08	0,88	0,66
Metalurgia	12,85	10,22	4,44	3,22	1,54	0,52	0,77	0,52	0,21	0,17	3,00	1,28	0,49	0,18	0,12
Máquinas e Equipamentos	0,04	0,04	0,06	0,05	0,03	0,04	0,06	0,02	0,00	0,01	0,30	0,27	0,16	0,22	0,21
Material de Transporte	2,82	1,97	1,45	0,32	0,00	1,49	7,39	8,25	1,63	2,69	0,08	0,07	0,02	0,03	0,01
Ótica e Instrumentos	0,04	0,03	0,03	0,03	0,04	0,22	0,23	0,29	0,20	0,30	0,04	0,03	0,04	0,01	0,00
Outros	23,24	28,43	29,36	18,26	8,59	6,43	6,47	22,17	28,96	30,30	43,39	41,45	4,83	0,51	1,84

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC).

Produtos Químicos	-20,85	-9,90	-9,55	-5,90	-4,46
Plásticos e Borrachas	6,91	-4,23	-3,35	-2,58	-2,58
Calçados e Couros	1,59	33,24	33,88	33,31	32,64
Madeiras e Carvão Vegetal	-0,02	0,08	0,04	0,03	0,00
Papel e Celulose	-2,40	-0,96	-1,32	-1,89	-1,53
Têxtil	1,75	0,31	1,34	9,06	7,77
Minerais não Metálicos	2,12	0,18	0,17	0,41	0,59
Metalurgia	7,83	-4,35	-4,48	-4,68	-5,93
Máquinas e Equipamentos	-13,67	-9,88	-26,70	-39,05	-25,36
Material de Transporte	-0,65	1,12	0,91	0,81	1,02
Ótica e Instrumentos	-5,29	-1,02	-0,66	-1,01	-1,21
Outros	5,95	0,63	1,24	2,18	2,41

(Fonte: calculado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo MDIC)

A Bahia apresentou apenas três grupos de produtos com índice de cobertura abaixo da unidade: minerais, máquinas e equipamentos e ótica e instrumentos (ver quadro VI). É interessante notar que os setores de Produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose e Material de Transporte apresentaram índices de cobertura acima da unidade. O setor de Madeiras e Carvão Vegetal apresentou índice de cobertura elevado mais pelo pequeno valor das importações do que pela performance das exportações.

O Ceará apresentou oito grupos de produtos com índice de cobertura abaixo da unidade: minerais, produtos químicos, plásticos e borrachas, madeiras e carvão vegetal, papel e celulose, metalurgia, máquinas e equipamentos e ótica e instrumentos. Acima da unidade se apresentaram os setores de Alimentos, Bebidas e Fumos, Calçados e Couros e têxtil. O setor de Minerais não Metálicos apresentou índice de cobertura acima da unidade pelo pequeno valor das importações.

Pernambuco teve sete grupos de produtos com índice de cobertura abaixo da unidade: Minerais, Químicos, Madeiras e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Máquinas e Equipamentos, Material de Transporte e Ótica e Instrumentos. Acima da unidade ficaram os setores de Alimentos, Bebidas e Fumos, Plásticos e Borrachas, Calçados e Couros e Têxtil.

3.5 PONTOS FORTES E FRACOS DOS TRÊS ESTADOS

Uma vez calculados os indicadores de Vantagem Comparativa Revelada e de Cobertura das Importações de cada estado, podem ser definidos, de acordo com a metodologia de Gutman e Miotti (1996), os respectivos setores fortes, com maiores chances de êxito nas exportações. Consideram-se fortes os agregados que apresentarem VCR e IC > 1.

Ao observar os resultados apresentados pela Bahia nos indicadores de VCR, VCRS, ICSC e IC, visualiza-se que os grupos de produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose, Têxtil e Material de Transporte revelam vantagem comparativa frente aos demais bens exportados e índice de cobertura acima da unidade, sendo razoável indicá-los como pontos fortes da economia baiana. Inversamente, os grupos de Minerais e Máquinas e Equipamentos se apresentam com desvantagens comparativas e índice de cobertura abaixo da unidade, sendo de boa opinião considerá-los pontos fracos da economia citada.

Observando-se os resultados apresentados pelo Ceará nos mesmos indicadores verificados para a Bahia, visualiza-se que os grupos de produtos Alimentos, Fumo e Bebidas, Calçados e Couros e Têxtil revelam vantagem comparativa frente aos demais bens exportados e índice de cobertura acima da unidade, sendo razoável indicá-los como pontos fortes da economia cearense. Inversamente, os grupos de Minerais, metalurgia, Máquinas e Equipamentos, Químicos, Plásticos e Borrachas, Madeiras e Carvão Vegetal, Papel e Celulose e Ótica e Instrumentos se apresentam com desvantagens comparativas e índice de cobertura abaixo da unidade, sendo de boa opinião considerá-los pontos fracos da economia citada.

Verificando-se os resultados apresentados por Pernambuco nos mesmos indicadores verificados para a Bahia e o Ceará, visualiza-se que os grupos de produtos Alimentos, Fumo e Bebidas, Plásticos e Borrachas, Minerais não Metálicos, Metalurgia e Têxtil revelam vantagem comparativa frente aos demais bens exportados e índice de cobertura acima da unidade, sendo razoável indicá-los como pontos fortes da economia pernambucana. Inversamente, os grupos de Minerais, Químicos, Máquinas e Equipamentos, Madeiras e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Ótica e Instrumentos e Material de Transporte se apresentam com desvantagens comparativas e índice de cobertura abaixo da unidade, sendo de boa opinião considerá-los pontos fracos da economia citada.

CAPÍTULO 4 – O FINANCIAMENTO, A INTENSIDADE TECNOLÓGICA E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NORDESTINA

4.1 OS INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO DO BNDES

Observando-se as estatísticas do sistema BNDES de incentivos às exportações, percebe-se que a Bahia, em 2005, foi a destinatária de 57% do total de recursos destinados à Região Nordeste. O Ceará ficou com 10,94% e Pernambuco com 19,7% (ver quadros VII e VIII abaixo), totalizando 87,64%.

Em 2005, quando se verifica a distribuição dos recursos por grupo de produtos, percebe-se a timidez do financiamento às exportações nordestinas de têxteis, minerais não metálicos, metalurgia, químicos, confecções e artigos de borracha e plástico. Os incrementos verificados nesses setores foram direcionados para a Região Sudeste.

QUADRO VII

Fonte: BNDES

DESEMBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES											
Unidades da Federação											
R\$ milhões											
Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RONDONIA	24,8	51,1	11,0	14,2	26,7	53,2	40,1	156,4	115,5	130,7	149,4
ACRE	2,9	2,1	11,8	2,4	6,9	13,6	6,0	30,3	17,2	13,9	104,9
AMAZONAS	43,5	67,8	35,4	86,6	55,0	178,0	117,7	253,4	122,5	96,7	772,0
RORAIMA	2,0	0,0	0,1	0,0	0,2	3,2	6,4	3,5	1,6	2,2	3,6
PARÁ	65,2	48,6	201,3	430,2	213,0	256,6	540,1	940,0	303,9	1.140,3	267,9
AMAPÁ	0,5	0,9	0,6	0,7	8,1	5,0	19,7	7,1	13,4	12,2	25,4
TOCANTINS	22,6	14,0	9,5	55,3	9,6	90,3	120,1	35,0	61,6	558,1	292,7
NORTE	161,5	184,5	269,7	589,3	319,5	599,9	850,3	1.425,7	635,6	1.954,1	1.615,8
MARANHAO	44,1	48,2	74,1	205,7	28,8	190,6	416,2	294,4	136,1	137,7	115,5
PIAUÍ	9,2	28,5	27,4	51,6	60,5	71,7	64,8	29,0	46,7	54,4	51,3
CEARÁ	137,0	152,5	209,2	418,3	286,4	300,4	408,7	442,1	641,3	356,6	416,1
RIO GRANDE DO NORTE	85,9	56,0	34,3	50,2	25,2	105,3	83,7	178,1	93,7	113,2	135,5
PARAÍBA	17,9	16,3	35,9	45,5	71,7	108,0	274,0	96,3	49,3	38,0	73,8
PERNAMBUCO	157,0	113,3	94,6	240,6	187,7	297,6	265,7	383,1	298,8	329,4	749,1
ALAGOAS	36,1	43,4	30,2	36,4	40,4	58,5	64,6	106,9	116,9	85,3	57,9
SERGIPE	43,5	80,8	499,9	92,2	36,4	44,4	40,6	56,6	260,3	45,9	34,2
BAHIA	403,8	593,8	433,5	648,0	517,6	1.270,3	1.585,3	1.495,0	1.328,0	1.576,8	2.169,5
NORDESTE	934,5	1.132,8	1.439,1	1.788,4	1.254,7	2.446,8	3.203,8	3.081,6	2.971,0	2.737,3	3.803,0
MINAS GERAIS	727,1	568,6	1.331,3	1.933,4	1.350,1	2.008,3	1.639,1	1.572,2	2.668,2	2.394,1	2.942,4
ESPIRITO SANTO	127,3	346,3	184,7	342,7	76,0	560,8	1.021,5	447,6	363,3	475,0	1.157,6
RIO DE JANEIRO	710,3	924,6	1.437,0	1.956,4	1.860,3	2.181,4	2.328,6	3.254,0	3.161,0	3.085,3	4.287,6
SÃO PAULO	1.721,5	1.762,4	4.441,6	6.352,8	4.050,9	6.117,8	8.495,4	12.258,1	12.768,3	15.344,7	20.352,2
SUDESTE	3.286,2	3.601,9	7.394,7	10.585,3	7.337,3	10.868,3	13.484,6	17.531,9	18.960,8	21.299,2	28.739,8
PARANÁ	717,1	740,3	860,8	726,8	888,6	1.116,5	1.461,2	1.319,8	1.951,8	2.764,7	3.356,9
SANTA CATARINA	474,4	436,6	552,6	758,2	783,7	1.275,9	1.438,0	1.229,8	1.988,6	2.717,3	2.524,9
RIO GRANDE DO SUL	456,8	695,9	1.111,1	1.190,4	822,8	1.276,8	1.539,2	1.914,7	2.527,7	3.200,7	3.669,3
SUL	1.648,3	1.872,8	2.524,5	2.675,3	2.495,0	3.669,2	4.438,4	4.464,3	6.468,0	8.682,8	9.551,0
MATO GROSSO DO SUL	89,4	75,8	221,3	194,8	229,2	186,7	156,8	199,8	369,8	471,0	292,4
MATO GROSSO	193,8	132,9	537,5	283,1	161,1	297,0	433,5	673,7	1.032,5	2.077,0	1.447,5
GOIÁS	241,4	198,3	500,6	503,2	343,8	516,3	390,2	848,1	853,4	1.224,8	912,4
DISTRITO FEDERAL	113,9	48,7	119,9	330,0	180,3	913,4	666,1	369,5	101,9	1.387,7	618,3
CENTRO OESTE	638,6	455,6	1.379,3	1.311,1	914,4	1.913,4	1.646,7	2.091,1	2.457,7	5.160,5	3.270,6
Total Geral	6.669,1	7.247,7	13.007,3	16.949,6	12.320,8	19.497,5	23.623,8	28.594,6	31.493,1	39.833,9	46.980,2

4.2 AS EXPORTAÇÕES E A INTENSIDADE TECNOLÓGICA

QUADRO VIII

Fonte: BNDES

DESEMBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES - APOIO À EXPORTAÇÃO											
US\$ MIL											
Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
- agropecuária	-	-	3.716	13.218	6.807	12.365	3.304	88.515	28.914	22.218	11.930
AGROPECUÁRIA	-	-	3.716	13.218	6.807	12.365	3.304	88.515	28.914	22.218	11.930
- indústrias extrativas	-	-	1.693	1.591	357	20.887	402	540	5.582	2.144	-
IND.EXTRATIVA	-	-	1.693	1.591	357	20.887	402	540	5.582	2.144	-
- artigo de borracha e plástico	35	-	4.700	4.246	8.123	28.069	11.657	6.564	4.157	9.335	16.178
- celulose e papel	-	342	20.900	6.085	46.375	13.567	5.585	33.673	26.178	5.009	27.580
- confecção, vestuário e acessório	-	245	995	2.000	-	2.078	11.338	1.308	10.973	1.745	1.701
- couro e artefato	-	7.385	27.159	14.800	5.108	52.815	38.499	80.894	117.928	24.502	34.708
- editorial e gráfica	-	-	-	1.595	-	-	-	872	1.000	1.193	-
- equip. médico, precisão, autom. indl	1.142	145	171	6.681	29	868	1.292	2.437	1.180	1.265	106
- máq. aparelho e material elétrico	49.054	65.756	48.821	43.135	32.034	122.597	55.808	35.936	28.245	45.811	136.334
- máquina e equipamento	188.104	157.656	216.227	353.053	183.496	202.579	135.448	212.785	104.641	205.564	661.473
- máquina escritório e informática	61	-	-	-	-	-	13.568	657	-	3.489	49.392
- material eletrônico e comunicação	2.643	4.709	12.942	8.979	36.751	38.211	42.062	67.558	17.985	42.213	94.272
- metalurgia básica	8.322	2.811	20.989	34.252	197.488	208.305	59.092	60.296	27.945	36.812	82.445
- móvel e indústrias diversas	1.826	1.739	8.879	8.698	5.470	8.858	6.219	8.642	21.188	14.090	26.089
- outros equip. transporte	8.843	-	477.133	1.005.090	819.526	1.444.265	1.403.672	2.342.397	1.942.179	2.055.085	2.397.175
- produto alimentício e bebida	300	685	191.886	109.886	197.348	241.997	437.217	445.035	325.826	239.017	176.520
- produto de madeira	-	-	6.514	2.850	14.272	35.779	15.305	26.617	32.951	7.644	32.921
- produto de metal	18.363	30.998	16.622	30.723	51.352	14.215	18.468	57.771	35.086	12.848	24.556
- produto do fumo	-	-	-	750	-	-	-	-	3.420	-	-
- produto mineral não metálico	618	6.216	20.357	9.768	10.537	16.434	12.257	18.438	47.371	13.329	21.328
- produto químico	-	672	28.411	14.030	23.288	64.649	11.555	89.699	159.027	41.383	60.551
- produto têxtil	-	-	19.545	7.927	39.313	102.672	54.421	44.785	96.016	17.036	29.478
- refino petróleo, coque e álcool	1.778	167	-	-	-	-	-	26.019	-	-	-
- veículo automotor	87.501	104.899	66.770	178.005	158.867	388.167	185.139	162.278	777.491	790.888	1.618.990
IND.TRANSFORMAÇÃO	368.589	384.424	1.189.021	1.842.555	1.829.377	2.986.124	2.518.603	3.724.660	3.780.787	3.568.258	5.491.796
- atividade anexa do transporte	-	225	-	-	84	-	2.004	-	-	-	-
- ativ.imobiliária, serviço a empresas	-	122	-	19.308	712	2.250	533	2.056	449	1.533	6.963
- comércio e reparação veículos	-	5.415	9.279	86.302	41.528	19.449	32.038	92.858	60.178	34.310	57.127
- construção	324	4.532	1.116	31.618	31.355	33.064	44.722	37.555	120.782	227.990	292.152
- correio e telecomunicação	-	-	-	-	1.190	-	-	-	-	-	495
- eletricidade, gás, água quente	-	52	-	854	-	2.254	224	-	6.248	542	1.427
- intermediação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	2.952	4.022	-
- transporte aéreo	-	-	-	62.000	168.000	-	-	-	-	-	-
- transporte terrestre	-	7.881	4.893	34.146	12.107	-	325	39	-	-	-
COMÉRCIO/SERVIÇOS	324	18.228	15.288	234.227	254.977	57.018	79.846	132.507	190.609	268.397	358.163
Total Geral	368.913	402.652	1.209.719	2.091.591	2.091.517	3.076.395	2.602.154	3.946.222	4.005.892	3.861.018	5.861.899

Ao se observar o conteúdo tecnológico dos bens brasileiros enviados ao exterior em 2005, constata-se que dentre os produtos industriais, predominam na pauta os de baixo valor agregado (baixa tecnologia). Nesse grupo, lideram os alimentos e têm uma forte participação os grupamentos madeiras, papel e celulose, têxteis e couro e calçados. E são esses, exceto o de madeiras, alguns dos principais produtos nos quais o Nordeste apresentou Vantagem Comparativa Revelada e índice de cobertura acima da unidade. Além deles, os grupos borracha e

produtos plásticos, minerais não metálicos e produtos metálicos compunham a lista dos pontos fortes nordestinos e são classificados como de média-a-baixa tecnologia. Apenas dois grupos de produtos exportados pela Bahia, químicos e material de transporte, alcançou a classificação de média-alta tecnologia (ver quadro IX).

QUADRO IX

Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica 2005/2004 - US\$ milhões FOB								
Setores	2005			2004			Var. 05/04	
	Valor	Part. %		Valor	Part. %		Abs.	Rel. %
Total	118.308		100,0	96.475		100,0	21.833	22,6
Produtos industriais (*)	94.016	100,0	79,5	77.137	100,0	80,0	16.880	21,9
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	37.669	40,1	31,8	28.905	37,5	30,0	8.763	30,3
100 Indústria de alta tecnologia (I)	8.757	9,3	7,4	6.610	8,6	6,9	2.146	32,5
101 Aeronáutica e aeroespacial	3.699	3,9	3,1	3.478	4,5	3,6	221	6,4
102 Farmacêutica	725	0,8	0,6	590	0,8	0,6	135	22,9
103 Material de escritório e informática	478	0,5	0,4	334	0,4	0,3	144	43,2
104 Equipamentos de rádio, TV e comunicação	3.332	3,5	2,8	1.789	2,3	1,9	1.543	86,3
105 Instrumentos médicos de ótica e precisão	523	0,6	0,4	421	0,5	0,4	103	24,4
200 Indústria de média-alta tecnologia (II)	28.912	30,8	24,4	22.295	28,9	23,1	6.617	29,7
201 Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	1.953	2,1	1,7	1.418	1,8	1,5	535	37,7
202 Veículos automotores, reboques e semi-reboques	12.992	13,8	11,0	9.634	12,5	10,0	3.358	34,9
203 Produtos químicos, excl. farmacêuticos	5.984	6,4	5,1	4.817	6,2	5,0	1.167	24,2
204 Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	580	0,6	0,5	289	0,4	0,3	271	93,5
205 Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	7.424	7,9	6,3	6.136	8,0	6,4	1.287	21,0
300 Indústria de média-baixa tecnologia (III)	22.741	24,2	19,2	18.847	24,4	19,5	3.894	20,7
301 Construção e reparação naval	194	0,2	0,2	1.255	1,6	1,3	-1.071	-84,7
302 Borracha e produtos plásticos	1.709	1,8	1,4	1.398	1,8	1,4	311	22,3
303 Carvão, produtos de petróleo refinado e combustível nuclear	4.914	5,2	4,2	3.203	4,2	3,3	1.710	53,4
304 Outros produtos minerais não-metálicos	1.775	1,9	1,5	1.502	1,9	1,6	273	18,2
305 Produtos metálicos	14.149	15,0	12,0	11.479	14,9	11,9	2.670	23,3
400 Indústria de baixa tecnologia (IV)	33.606	35,7	28,4	29.384	38,1	30,5	4.223	14,4
401 Produtos manufaturados n. e. e bens reciclados	1.516	1,6	1,3	1.422	1,8	1,5	94	6,6
402 Madeira e seus produtos, papel e celulose	6.503	6,9	5,5	6.003	7,8	6,2	501	8,3
403 Alimentos, bebidas e tabaco	20.492	21,8	17,3	17.141	22,2	17,8	3.352	19,6
404 Têxteis, couro e calçados	5.095	5,4	4,3	4.819	6,2	5,0	276	5,7
900 Produtos não industriais	24.292		20,5	19.339		20,0	4.953	25,6

(*) Classificação extraída de: The OECD Statistics Newsletter - June 2005 Issue

Do ponto de vista de mudança, verifica-se que de 2004 para 2005, o bloco de indústrias de baixa tecnologia diminuiu a participação nos produtos industriais exportados de 38,1% para 28,4%, enquanto os de média-alta tecnologia aumentou de 23,1% para 24,4% e os de alta tecnologia evoluíram de 6,9% para 7,4%. Já as indústrias de média-baixa tecnologia ficaram estáveis. Todos os grupamentos aumentaram o valor das exportações em termos absolutos de 2004 para 2005. Esse aspecto foi captado por Fontenele (2003): “Para o Nordeste, como para o País como um todo, um desafio que se apresenta no momento é o redirecionamento dos esforços no sentido de serem exportados produtos

com maior valor agregado, revelados também pelo dinamismo da demanda mundial”.

4.3 AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em março de 2004, o governo brasileiro lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), objetivando a retomada do esforço para o desenvolvimento econômico, via crescimento sustentável e duradouro (MDIC). A ênfase foi dada ao setor industrial, tecnológico e na geração de divisas. Assim, foram escolhidos os setores de fármacos, softwares, microeletrônica, bens de capital e química fina como estratégicos. Todos esses setores são desafiadores para desenvolvimento no Brasil em razão do distanciamento tecnológico entre o estágio das multinacionais (intensivo em mão-de-obra altamente qualificada) e as empresas brasileiras (com baixa acumulação de conhecimento ou valor agregado). Sendo essa realidade um tanto mais dramática na Região Nordeste, com carências estruturais. Um dos obstáculos ao crescimento desses setores seria a escala insuficiente da demanda no mercado interno. Alguns autores (BNDES Setorial, 2005) citam como positivos o mercado externo como um complemento à demanda interna e a mudança de mentalidade do empresariado brasileiro, ao perceber a necessidade de continuidade de atendimento das exportações mesmo em situações de expansão do mercado interno.

Para aumentar o grau de nacionalização dos bens exportáveis, os planejadores vêm tentando baixar as taxas de juros para as cadeias produtivas desses bens e estimulando fusões e consolidações, desenvolvimento tecnológico e a internacionalização da cadeia de fornecedores brasileiros.

Apesar da condição desfavorecida da Região Nordeste, não há qualquer menção a um tratamento diferenciado pelo BNDES, a título de incentivo, para empresas de setores eleitos como prioritários que resolvam se

instalar em algum estado nordestino. Por terem mercados consumidores maiores, mão-de-obra em condições mais favoráveis de treinamento, uma maior variedade de fornecedores, maior nível de capitalização de empresas e empresários melhores preparados, dentre outras características, as regiões Sudeste e Sul naturalmente terão melhores condições de serem eleitas destinatárias dos investimentos definidos como prioritários pela política de desenvolvimento e de apoio governamentais.

Um indicativo do processo de aperfeiçoamento do parque industrial brasileiro poderia ser visualizado comparando-se a evolução das importações de bens de capital nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005), como apresentado no quadro X seguinte:

Quadro X

Período	Importações - bens de capital - (FOB) - US\$ (milhões) –
2003	10.347
2004	12.128
2005	16.729
<i>Fonte: MDIC/Secex</i>	

Verifica-se uma tendência de crescimento da ordem de 17,2% e 37,9%, respectivamente, em 2004 e 2005, quando comparados com os anos imediatamente anteriores. Nesses dois anos, a capacidade de importar do País, em números índices (de base 100 em 1996), correspondia a 203 e 225, respectivamente (fonte: IPEA). Enquanto isso, as importações de bens de capital chegaram a 93 e 113, respectivamente, em 2004 e 2005. Havia, portanto, um hiato entre o poder de importar da economia e as importações realmente efetivadas. Porém, isso vinha ocorrendo em função de uma conjuntura desfavorável ao investimento em bens importados, com taxas de câmbio elevadas (Real desvalorizado) que desestimulam importações e com patamares de juros reais da economia dos mais elevados do mundo, encarecendo os

financiamentos bancários. Não é difícil acreditar na melhoria do potencial competitivo das exportações de um país qualquer quando há uma atualização, renovação ou inovação no parque industrial desse país. Mas, quando os agentes econômicos percebem que suas margens de retorno do investimento serão baixas podem decidir adiá-lo para uma oportunidade melhor. A condução das políticas monetária e exterior nesses termos teria como objetivos a geração de superávits comerciais para o pagamento de juros da dívida externa brasileira e a geração de divisas para influenciar nos níveis do risco país e, conseqüentemente, nos fluxos de entrada de capitais externos. Os investimentos estrangeiros diretos (IED) em 2004 e 2005 estiveram abaixo dos patamares do período de 1998-2001 dos quatro últimos anos do governo de centro-direita do Presidente Fernando H. Cardoso. Embora, nesses dois últimos anos o governo de esquerda do Presidente Luís Inácio Lula da Silva tenha conseguido reverter uma tendência de queda do IED (que também depende de condições externas) verificada nos dois primeiros anos de seu mandato (2002 e 2003). Em 2004 e 2005, os principais países investidores no Brasil foram: EUA, Países Baixos, México, França, Canadá, Alemanha e Espanha. Portanto, verifica-se que todos estão no eixo bipolar de poder dos blocos EUA e UE (fonte: MDIC).

5 CONCLUSÕES

Em relação às exportações, os três estados analisados apresentaram crescimento maior que o verificado para a economia nordestina nos últimos 10 anos e, particularmente, em 2004 e 2005. Três fatores conjunturais corroboraram para esse desempenho exportador: o mercado internacional favorável, que permitiu a criação de novas rotas comerciais, o desaquecimento do mercado interno que induzem aos empresários à via do mercado externo para escoamento da produção e de estoques, caracterizando desvios de comércio do mercado interno para o externo e as políticas econômicas externas de incentivos aos exportadores traçadas pelo governo federal visando a desoneração de produtos exportáveis. Além disso, o aparecimento de novas atividades nas duas últimas décadas, que estão encontrando o caminho do crescimento nos últimos anos, tem sido determinantes no processo de mudança em curso nos estados do Ceará e Pernambuco, respectivamente, com o Pólo Calçadista (intensiva em mão-de-obra industrial) e a fruticultura irrigada (intensiva em mão-de-obra agrícola). Adicionalmente, alguns investimentos em infra-estrutura (portos, aeroportos e estradas) foram realizados dando novas perspectivas aos três estados ora estudados, mediante a atração de plantas industriais e a oferta de serviços logísticos, de atracação de navios e de pouso e decolagem de aviões de grande porte.

A aplicação do modelo teórico das vantagens comparativas e do índice de cobertura neste trabalho permitiu identificar os grupos de produtos nos quais os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco são competitivos internacionalmente. Esses grupos são: Minerais, Produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose, Têxtil, Material de Transporte, Alimentos, Fumo e Bebidas, Calçados e Couros, Minerais não Metálicos e Metalurgia. A Bahia destacou-se nos seguintes produtos: Minerais, Produtos Químicos, Plásticos e Borrachas, Papel e Celulose, Têxtil e Material de Transporte. O Ceará exportou mais os seguintes produtos:

Castanhas, Calçados e Couros e Têxteis. Enquanto Pernambuco destinou ao exterior, principalmente, a seguinte pauta: Açúcares, frutas e Bebidas, Plásticos e Borrachas, Têxteis, Minerais não Metálicos e Metalurgia. Os três estados têm pauta de exportações com predominância de produtos de médio-baixo a baixo valor agregado (baixa tecnologia), exceto Produtos Químicos, que alcançou a classificação de média-alta tecnologia. Referida pauta de produtos destinados ao mercado exterior, não intensiva em mão-de-obra qualificada, em parte indica uma fragilidade em termos de auto-sustentação do modelo exportador a médio e longo prazo, uma vez que os bens podem ser produzidos em várias partes do mundo globalizado, com relativa facilidade.

As exportações estão concentradas em cerca de 100 produtos que representam, em média, 95,47% do total exportado. Os principais destinos das exportações nordestinas são os Estados Unidos e a União Européia. Como as exportações do Nordeste são de médio-baixo a baixo valor agregado, elas não competem, em pé de igualdade, com as produções americanas e européias de alta tecnologia, havendo sempre uma necessidade de aumentar o *quantum* para compensar a deterioração dos termos de troca. As principais barreiras às exportações nordestinas não são colocadas pelas regras do livre mercado, mas pelo protecionismo dos acordos de preferências e pelos incentivos diretos dos governos dos EUA e da Europa aos produtores de bens agrícolas e intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação.

Essa concentração de produtos e destinos do setor nordestino exportador se torna um elemento de preocupação para os condutores do processo de crescimento econômico da Região, quando autoridades das principais nações envolvidas externam (Davos) a percepção de que o mercado de consumo americano está chegando ao limite pelo endividamento dos consumidores e o europeu apresenta-se estacionário (baixa produtividade do trabalho), com suas empresas dependentes do

desempenho americano, à semelhança das empresas chinesas, indianas e japonesas.

A China seria uma alternativa aos americanos não fosse a elevada propensão marginal a poupar dos chineses e o fato dos seus dirigentes planejarem mudanças em espaços de décadas. Uma possível alternativa para o Nordeste incrementar as exportações seria trabalhar acordos comerciais bilaterais com países menores, com pulverização dos parceiros comerciais, configurando-se uma política de intensificação na criação de rotas comerciais.

6 ANEXOS

TABELA - I

BAHIA

Fonte: MDIC

Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var% 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
TOTAL DA ÁREA		5.415.233.822	100,00	3.643.425.892	100,00	48,63
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		5.130.467.280	94,74	3.316.990.668	91,04	48,63
1	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT	724.683.777	13,38	528.598.299	14,51	37,10
2	"FUEL-OIL"	710.494.392	13,12	339.880.556	9,33	109,04
3	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	384.879.588	7,11	---	---	---
4	PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,	245.484.646	4,53	151.969.869	4,17	61,54
5	FIOS DE COBRE REFINADO,MAIOR DIMENSAO DA SEC.....	201.136.292	3,71	147.047.905	4,04	36,78
6	BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OL	178.241.022	3,29	192.468.231	5,28	-7,39
7	BENZENO.....	157.010.444	2,90	98.327.204	2,70	59,68
8	OUTRAS GASOLINAS.....	154.925.631	2,86	112.329.863	3,08	37,92
9	OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	148.366.287	2,74	112.439.921	3,09	31,95
10	MANTEIGA,GORDURA E OLEO,DE CACAU	138.723.363	2,56	93.871.827	2,58	47,78
11	CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS,EM F	85.790.938	1,58	48.276.834	1,33	77,71
12	POLIETILENO LINEAR,DENSIDADE<0.94,EM FORMA PR.....	83.779.598	1,55	39.549.094	1,09	111,84
13	CAFE NAO TORRADO,NAO DESCAFEINADO,EM GRAO	78.752.859	1,45	42.460.681	1,17	85,47
14	ACIDO FOSFONOMETILIMINODIACETICO E AC.TRIMETI	67.952.136	1,25	78.541.673	2,16	-13,48
15	ETER METIL-TER-BUTILICO (MTBE).....	61.306.404	1,13	36.680.984	1,01	67,13
16	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	57.846.693	1,07	32.625.903	0,90	77,30
17	PROPENO (PROPILENO) NAO SATURADO	57.676.815	1,07	37.008.290	1,02	55,85
18	OUTS.FIO-MAQUINAS DE FERRO/ACO,N/LIGADO,SEC.C.....	55.081.092	1,02	24.201.636	0,66	127,59
19	PASTA QUIMICA DE MADEIRA,PARA DISSOLUCAO	54.260.649	1,00	52.276.863	1,43	3,79
20	ASSENTOS ESTOFADOS,COM ARMACAO DE MADEIRA	53.984.900	1,00	35.475.126	0,97	52,18
21	ETILENOGLICOL (ETANODIOL).....	50.340.840	0,93	65.896.689	1,81	-23,61
22	ALGODAO SIMPLESMENTE DEBULHADO,NAO CARDADO NE.....	49.578.202	0,92	22.944.048	0,63	116,08
23	UVAS FRESCAS.....	48.962.957	0,90	30.461.875	0,84	60,74
24	OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BULH	42.660.951	0,79	34.324.531	0,94	24,29
25	CACAU EM PO,SEM ADICAO DE ACUCAR OU OUTROS ED	39.175.785	0,72	51.160.314	1,40	-23,43
26	PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS.....	37.395.963	0,69	5.191.964	0,14	620,27
27	OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS.....	36.376.132	0,67	19.478.453	0,53	86,75
28	MANGAS FRESCAS OU SECAS	35.830.648	0,66	23.634.133	0,65	51,61
29	PAPEL KRAFT,FIBRA PROC.MEC<=10%,40G/M2<=P<=15	35.382.590	0,65	35.149.157	0,96	0,66
30	PROPILENOGLICOL (PROPANO-1,2-DIOL)	34.522.360	0,64	26.920.726	0,74	28,24
31	6-HEXANOLACTAMA (EPSILON-CAPROLACTAMA)	33.170.944	0,61	11.054.238	0,30	200,07
32	ACRILONITRILA	32.451.563	0,60	36.157.676	0,99	-10,25
33	OUTS.COUIROS/PELES,INT.BOVINOS,PREPARS.ETC.....	31.791.543	0,59	36.563.508	1,00	-13,05
34	POLICLORETO DE VINILA,OBT.PROC.SUSPENSAO,FORM	30.648.817	0,57	16.204.732	0,44	89,13
35	OUTROS TIPOS DE ALGODAO NAO CARDADO NEM PENTE	29.921.667	0,55	30.471.594	0,84	-1,80
36	OUTS.RESID/DESPERD.DE OUTS.METAIS PREC.ETC.....	28.672.711	0,53	19.082.204	0,52	50,26
37	AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,CM3<=1500,ATE 6 PAS	28.170.113	0,52	22.400.549	0,61	25,76
38	FERROSSILICIO CONTENDO PESO>55% DE SILICIO	26.570.380	0,49	23.556.625	0,65	12,79
39	SISAL/OUTRAS FIBRAS TEXTAIS "AGAVE",EM BRUTO.....	26.348.687	0,49	25.617.714	0,70	2,85
40	FERROMANGANES CONTENDO,EM PESO>2% DE CARBONO	26.257.809	0,48	27.812.833	0,76	-5,59
41	MONOISOPROPILAMINA E SEUS SAIS	25.585.300	0,47	16.522.477	0,45	54,85
42	PAPEL KRAFT,FIBRA MEC<=10%,40G/M2<=P<=150G/M2.....	23.606.464	0,44	23.835.314	0,65	-0,96
43	FERROSSILICIO-MANGANES.....	22.754.812	0,42	23.318.275	0,64	-2,42
44	METILOXIRANO (OXIDO DE PROPILENO)	22.579.565	0,42	22.084.051	0,61	2,24

45	AGENTES ORGANICOS DE SUPERFICIE,NAO IONICOS	21.385.894	0,39	14.179.005	0,39	50,83
46	POLIPROPILENO SEM CARGA,EM FORMA PRIMARIA	20.897.690	0,39	15.346.477	0,42	36,17
47	PASTA DE CACAU,NAO DESENGORDURADA.....	20.814.801	0,38	15.415.574	0,42	35,02
48	COPOLIMERO ETILENO/ACETATO VINILA,EM OUTS.FOR.....	18.927.032	0,35	13.409.811	0,37	41,14
49	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	18.676.782	0,34	18.274.528	0,50	2,20
50	BILLETS DE FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TRANSV.QUAD/.....	18.126.241	0,33	21.807.141	0,60	-16,88
51	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA OU PLASTICO.....	17.707.728	0,33	15.096.753	0,41	17,29
52	OUTS.POLICARBONATOS EM FORMAS PRIMARIAS.....	16.949.071	0,31	9.567.569	0,26	77,15
53	AMONIAO EM SOLUCAO AQUOSA (AMONIA)	16.250.278	0,30	24.769.101	0,68	-34,39
54	OUTS.OLEOS DE PETROLEO OU DE MINERAIS BETUMIN.....	16.014.464	0,30	---	---	---
55	OLEO DE SOJA,EM BRUTO,MESMO DEGOMADO	15.908.173	0,29	10.680.427	0,29	48,95
56	CORDEIS DE SISAL/OUTS.FIBRAS "AGAVE",P/ATADEI.....	15.817.415	0,29	21.013.983	0,58	-24,73
57	OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS A.....	15.691.266	0,29	13.199.421	0,36	18,88
58	GRANITO CORTADO EM BLOCOS OU PLACAS	15.670.715	0,29	11.065.066	0,30	41,62
59	HIDROXIDO DE SODIO EM SOL.AQUOSA (LIXIV.SODA	15.159.421	0,28	5.753.799	0,16	163,47
60	OUTRAS PARTES E ACESS.DE CARROCARIAS P/VEIC.A	13.898.566	0,26	13.577.996	0,37	2,36
61	CINZAS E RESIDUOS CONTENDO COBRE	13.676.064	0,25	---	---	---
62	ELETRODOS DE CARVAO P/USO EM FORNOS ELETR.....	13.609.627	0,25	13.369.905	0,37	1,79
63	PRODS.SEMIMANUFAT.DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,CARB.....	13.520.246	0,25	2.469.918	0,07	447,40
64	ETILENO,PROPILENO,BUTILENO E BUTADIENO,LIQUEF.....	13.359.503	0,25	---	---	---
65	ACIDO DODECILBENZENOSSULFONICO E SEUS SAIS	12.419.191	0,23	6.822.395	0,19	82,04
66	CAMAROEIS,INTEIROS,CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	12.343.489	0,23	15.199.758	0,42	-18,79
67	POLIETILENO SEM CARGA,DENSIDADE<0.94,EM FORMA	12.121.347	0,22	7.159.292	0,20	69,31
68	ESTERES DE METILA DO ACIDO METACRILICO.....	11.316.435	0,21	11.800.587	0,32	-4,10
69	MAGNESIA CALCINADA A FUNDO E OUTROS OXIDOS DE	11.108.080	0,21	12.885.442	0,35	-13,79
70	OUTRAS LIGAS DE FERROMANGANES.....	10.978.388	0,20	13.331.289	0,37	-17,65
71	OUTS.PRODS.SEMIMANUF.FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TR.....	10.034.012	0,19	1.378.498	0,04	627,89
72	FIOS DE OUTRAS FIBRAS TEXTEIS VEGETAIS	9.907.898	0,18	8.410.582	0,23	17,80
73	TETRACLOROETILENO (PERCLOROETILENO).....	9.430.968	0,17	8.101.500	0,22	16,41
74	OUTS.PIGMENTOS TIPO RUTILO,C/DIOXIDO TITANIO>.....	9.374.042	0,17	8.821.398	0,24	6,26
75	OLEO DE RICINO.....	8.944.658	0,17	551.005	0,02	---
76	CALCADOS P/ESPORTES,ETC.DE MAT.TEXT.SOLA BORR	8.817.674	0,16	6.126.522	0,17	43,93
77	MISTURAS DE ALQUILBENZENOS	8.573.274	0,16	9.109.660	0,25	-5,89
78	TELAS P/PNEUMAT.DE FIOS ALTA TENAC.POLIAMIDA	8.527.515	0,16	1.092.236	0,03	680,74
79	OUTS.COUIROS BOVINOS,INCL.BUFALOS,N/DIV.UMID.P	8.391.081	0,15	9.208.353	0,25	-8,88
80	OUTROS ACIDOS GRAXOS MONOCARBOX.IND.E OLEOS A	8.239.938	0,15	8.397.943	0,23	-1,88
81	REVELADORES A BASE DE NEGRO DE FUMO,ETC.P/REP	8.157.922	0,15	3.780.885	0,10	115,77
82	DIURON.....	7.934.405	0,15	12.486.143	0,34	-36,45
83	FUMO N/MANUFAT.N/DESTAL.EM FLS.SECAS,ETC.TIPO.....	7.884.848	0,15	6.185.139	0,17	27,48
84	METIL-,ETIL- E PROPILCELULOSE,HIDROXILADAS,FO.....	7.702.146	0,14	5.166.950	0,14	49,07
85	PASTA DE CACAU,TOTAL OU PARCIALMENTE DESENGOR	7.623.233	0,14	13.499.689	0,37	-43,53
86	FIO DE ALTA TENACIDADE,DE NAILON (POLIAMIDA A	7.433.798	0,14	6.243.306	0,17	19,07
87	GORDURAS E OLEOS,VEGETAIS,HIDROGENS.INTERESTE	7.304.530	0,13	6.176.880	0,17	18,26
88	M-XILENO.....	7.208.944	0,13	2.258.117	0,06	219,25
89	ISOCIANATO DE 3,4-DICLOROFENILA	7.040.466	0,13	9.027.159	0,25	-22,01
90	OUTROS COMPOSTOS ORGANICOS.....	6.941.817	0,13	5.286.122	0,15	31,32
91	OUTS.HIDROCARBONETOS CICLANICOS,CICLENICOS,CI	6.919.266	0,13	4.842.343	0,13	42,89
92	OLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	6.768.373	0,12	---	---	---
93	LECITINAS E OUTROS FOSFOAMINOLIPIDIOS	6.550.171	0,12	4.673.042	0,13	40,17
94	O-XILENO.....	6.411.248	0,12	---	---	---
95	ISOPRENO NAO SATURADO.....	6.409.910	0,12	5.945.759	0,16	7,81
96	"GASOLEO" (OLEO DIESEL)	6.290.403	0,12	---	---	---
97	VELAS DE IGNICAO P/MOTOR EXPLOSAO/DIESEL.....	6.139.027	0,11	2.208.702	0,06	177,95
98	PARTES P/ASSENTOS,DE OUTRAS MATERIAS	6.128.969	0,11	3.774.229	0,10	62,39
99	MADEIRA DE NAO CONIFERAS,PERFILADA	6.023.983	0,11	4.168.830	0,11	44,50
100	BARRAS DE FERRO/ACO,LAMIN.QUENTE,DENTADAS,ETC.....	5.870.525	0,11	---	---	---
101	DEMAIS PRODUTOS	284.766.542	5,26	326.435.224	8,96	-12,76

TABELA - II

BAHIA

Fonte: MDIC

Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
<u>PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS</u>						
01	UNIAO EUROPEIA - UE	1.388.943.948	25,65	856.306.391	23,50	62,20
02	ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO).....	970.121.929	17,91	945.739.302	25,96	2,58
03	ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	804.041.056	14,85	606.449.109	16,65	32,58
04	MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	684.358.155	12,64	554.108.762	15,21	23,51
05	COMUNIDADE E MERCADO COMUM DO CARIBE - CARICOM	571.402.485	10,55	22.847.344	0,63	2.401
06	DEMAIS BLOCOS	996.366.249	18,40	657.974.984	18,06	51,43
<u>TOTAL DA ÁREA</u>		<u>5.415.233.822</u>	<u>100,00</u>	<u>3.643.425.892</u>	<u>100,00</u>	<u>48,63</u>
TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO		5.107.115.339	94,31	3.296.849.581	90,49	54,91
01	ESTADOS UNIDOS	967.382.353	17,86	943.248.238	25,89	2,56
02	ARGENTINA	658.885.481	12,17	538.220.349	14,77	22,42
03	BAHAMAS	566.761.926	10,47	19.110.355	0,52	2.866
04	MEXICO.....	529.524.159	9,78	408.072.466	11,20	29,76
05	PAISES BAIXOS (HOLANDA)	220.149.607	4,07	125.378.794	3,44	75,59
06	CHINA.....	207.661.451	3,83	118.693.496	3,26	74,96
07	FRANCA	178.754.422	3,30	79.063.020	2,17	126,09
08	ITALIA.....	175.542.947	3,24	117.017.702	3,21	50,01
09	PORTUGAL	174.477.623	3,22	26.227.222	0,72	565,25
10	ALEMANHA	168.315.352	3,11	131.773.104	3,62	27,73
11	REINO UNIDO	120.372.670	2,22	92.551.823	2,54	30,06
12	BELGICA	120.106.988	2,22	90.460.311	2,48	32,77
13	ESPANHA.....	117.604.312	2,17	114.334.122	3,14	2,86
14	CHILE	91.829.064	1,70	75.715.213	2,08	21,28
15	VENEZUELA.....	90.360.467	1,67	49.138.859	1,35	83,89
16	CANADA.....	87.429.804	1,61	54.011.582	1,48	61,87
17	ARUBA	78.923.817	1,46	770	0	0
18	CHIPRE	73.827.998	1,36	31.355.921	0,86	135,45
19	TAILANDIA	59.758.897	1,10	11.734.826	0,32	409,24
20	PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES.....	56.592.274	1,05	28.387.490	0,78	99,36
21	JAPAO	55.862.352	1,03	52.811.119	1,45	5,78
22	INDIA	49.233.015	0,91	27.671.576	0,76	77,92
23	AUSTRALIA.....	36.242.507	0,67	4.752.965	0,13	662,52
24	CINGAPURA.....	36.179.095	0,67	14.725.527	0,40	145,69
25	ISRAEL	34.214.327	0,63	11.212.434	0,31	205,15
26	COLOMBIA.....	32.472.101	0,60	22.922.714	0,63	41,66
27	PERU	32.076.116	0,59	26.464.021	0,73	21,21
28	NIGERIA.....	31.242.116	0,58	13.363.011	0,37	133,80
29	HONG KONG.....	28.773.040	0,53	35.943.496	0,99	-19,95
30	COREIA, REPUBLICA DA (SUL).....	26.559.058	0,49	32.487.055	0,89	-18,25
31	DEMAIS PAÍSES	308.118.483	5,69	346.576.311	9,51	-11,10

TABELA - III

CEARÁ

Fonte: MDIC

Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var% 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
TOTAL DA ÁREA		847.227.339	100,00	773.167.003	100,00	9,58
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		825.264.855	97,41	733.530.110	94,87	9,58
1	CASTANHA DE CAJU,FRESCA OU SECA,SEM CASCA.....	125.864.966	14,86	128.189.530	16,58	-1,81
2	OUTS.COUIROS/PELES,INT.BOVINOS,PENA FL.PREPARS	90.152.147	10,64	79.993.870	10,35	12,70
3	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	68.775.748	8,12	61.613.244	7,97	11,62
4	CALCADOS DE BORRACHA/PLAST.C/PARTE SUPER.EM T.....	54.797.263	6,47	58.202.642	7,53	-5,85
5	CAMAROES,INTEIROS,CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	52.536.113	6,20	46.434.884	6,01	13,14
6	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIM,INDIGO	52.153.421	6,16	51.397.991	6,65	1,47
7	OUTRAS LAGOSTAS,CONGELADAS,EXCETO AS INTEIRAS	41.124.835	4,85	36.714.023	4,75	12,01
8	MELOES FRESCOS.....	26.032.028	3,07	12.746.068	1,65	104,24
9	CERAS VEGETAIS.....	18.998.309	2,24	12.068.549	1,56	57,42
10	OUTROS FREIOS E SUAS PARTES,P/TRATORES/VEIC.A.....	13.150.948	1,55	6.498.852	0,84	102,36
11	OUTS.CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,SOLA DE BORRA	12.115.338	1,43	11.824.031	1,53	2,46
12	CALCADOS P/OUTROS ESPORTES,DE BORRACHA OU PLA.....	10.870.885	1,28	2.808.612	0,36	287,06
13	BARRAS DE FERRO/ACO,LAMIN.QUENTE,DENTADAS,ETC.....	10.343.338	1,22	7.123.992	0,92	45,19
14	OUTS.COUIROS/PELES INT.BOVINOS,PREPARADOS	10.219.881	1,21	12.012.357	1,55	-14,92
15	OUTRAS OBRAS DE COURO NATURAL OU RECONSTITUID.....	9.222.564	1,09	9.459.924	1,22	-2,51
16	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL,COBRINDO O T.....	9.207.041	1,09	11.413.450	1,48	-19,33
17	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA OU PLASTICO.....	8.750.975	1,03	8.588.724	1,11	1,89
18	TECIDO ALGODAO<85%,INDIGO BLUE/FIBRA SINT/ART.....	8.696.471	1,03	5.779.073	0,75	50,48
19	PRODS.SEMIMANUFAT.DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,CARB.....	8.112.862	0,96	---	---	---
20	CALCAS,JARDINEIRAS,ETC.DE ALGODAO,DE USO FEMI	7.665.986	0,90	6.423.911	0,83	19,34
21	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.232.56D<=.....	7.648.276	0,90	7.721.818	1,00	-0,95
22	APARELHOS P/COZINHAR/AQUECER,DE FERRO,ETC.COM.....	6.797.528	0,80	5.033.055	0,65	35,06
23	CALCAS,JARDINEIRAS,ETC.DE ALGODAO,USO MASCULI.....	6.593.463	0,78	1.385.741	0,18	375,81
24	CALCADOS DE COURO NATURAL,SOLA COURO,COBRINDO	6.470.060	0,76	1.062.540	0,14	508,92
25	SUCOS DE OUTRAS FRUTAS,PRODS.HORTICOLAS,NAO F	6.160.694	0,73	6.248.603	0,81	-1,41
26	OUTROS TECIDOS DE ALGODAO>=85%,TINTO,PESO>200	5.890.527	0,70	3.325.594	0,43	77,13
27	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	5.310.016	0,63	2.702.609	0,35	96,48
28	TECIDO DE ALGODAO>=85%,BRANQUEADO,PTO.SARJADO	5.293.286	0,62	5.257.580	0,68	0,68
29	TECIDO DE ALGODAO>=85%,TINTO,PONTO SARJADO,PE.....	5.169.495	0,61	7.777.769	1,01	-33,53
30	OUTROS CAMAROES CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	4.860.304	0,57	13.474.779	1,74	-63,93
31	GRANITO TALHADO OU SERRADO,DE SUPERFICIE PLAN	4.849.905	0,57	3.444.049	0,45	40,82
32	ROLHAS,OUTS.TAMPAS E ACESS.P/EMBALAGEM,DE MET	4.849.867	0,57	4.825.572	0,62	0,50
33	BILLETS DE FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TRANSV.QUAD/.....	4.836.248	0,57	3.432.308	0,44	40,90
34	SUCOS E EXTRATOS,DE OUTROS VEGETAIS.....	4.796.876	0,57	3.498.392	0,45	37,12
35	OUTS.CALCADOS DE COURO NATURAL E SOLA EXTERIO	4.712.835	0,56	6.550.055	0,85	-28,05
36	OUTS.COUIROS/PELES,BOVINOS,INCL.BUFALOS,UMIDOS.....	4.313.233	0,51	4.742.378	0,61	-9,05
37	OUTS.FRUTAS DE CASCA RIJA,OUTS.SEMENTES,PREPA	4.145.401	0,49	3.045.551	0,39	36,11
38	CALCADOS P/OUTROS ESPORTES,DE COURO NATURAL	3.908.132	0,46	2.422.137	0,31	61,35
39	MARGARINA,EXCETO A MARGARINA LIQUIDA	3.793.978	0,45	734.540	0,10	416,51
40	CALCADOS P/ESPORTES,ETC.DE MAT.TEXT.SOLA BORR.....	3.770.714	0,45	2.861.301	0,37	31,78
41	ABACAXIS FRESCOS OU SECOS	3.686.454	0,44	2.973.413	0,38	23,98
42	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA N/PENT.232.56<.....	3.655.530	0,43	1.618.094	0,21	125,92
43	CAPSULAS DE COROA,DE METAIS COMUNS,P/EMBALAGE	3.456.111	0,41	2.384.565	0,31	44,94
44	PLACAS/FOLHAS OU TIRAS,DE MICA AGLOMERADA/REC	3.335.373	0,39	2.753.515	0,36	21,13
45	MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR.....	2.959.824	0,35	1.628.238	0,21	81,78
46	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA N/PENT.192.3	2.843.290	0,34	4.146.456	0,54	-31,43
47	OUTS.BARCOS/EMBARCACOES DE RECREIO/ESPORTE,IN	2.800.000	0,33	1.829.632	0,24	53,04
48	MEL NATURAL	2.776.260	0,33	4.027.686	0,52	-31,07
49	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D<.....	2.745.719	0,32	4.507.262	0,58	-39,08

50	ARTIGOS PARA ACAMPAMENTO,DE ALGODAO.....	2.407.370	0,28	3.428.416	0,44	-29,78
51	AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,CM3>2500,ATE 6 PASS.....	2.207.398	0,26	815.690	0,11	170,62
52	OUTS.TECIDOS DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIN,.....	2.137.066	0,25	2.749.147	0,36	-22,26
53	REDES DE MALHAS COM NOS,ETC.DE OUTRAS MATERIA.....	2.069.811	0,24	1.942.769	0,25	6,54
54	OUTS.TECIDOS DE MALHA,DE ALGODAO,TINGIDOS.....	2.048.489	0,24	1.078.413	0,14	89,95
55	MELANCIAS FRESCAS.....	1.915.145	0,23	939.006	0,12	103,95
56	OUTROS TECIDOS DE ALGODAO>=85%,BRANQUEADO,PES.....	1.913.183	0,23	2.274.393	0,29	-15,88
57	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.106.38D<=.....	1.888.934	0,22	3.535.346	0,46	-46,57
58	OUTROS CONTADORES MONOFASICOS,P/CORR.ELETR.AL.....	1.680.988	0,20	1.268.775	0,16	32,49
59	CIMENTOS NAO PULVERIZADOS ("CLINKERS").....	1.616.569	0,19	---	---	---
60	OUTROS FERROLIGAS.....	1.550.323	0,18	1.069.921	0,14	44,90
61	PARTES DE OUTROS MOTORES/GERADORES/GRUPOS ELE.....	1.434.975	0,17	2.401.728	0,31	-40,25
62	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA/PLASTICO,COBRINDO.....	1.421.945	0,17	303.630	0,04	368,32
63	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.PTO.SARJADO,.....	1.339.888	0,16	145.162	0,02	823,03
64	OUTROS FIOS DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,N/REVESTID.....	1.262.380	0,15	3.099.405	0,40	-59,27
65	MANGAS FRESCAS OU SECAS.....	1.218.564	0,14	449.361	0,06	171,18
66	MAQS.P/LIMPEZA,SELECAO,ETC.DE GRAOS,PRODS.HOR.....	1.192.813	0,14	1.987.241	0,26	-39,98
67	OUTS.TECIDOS ALGODAO<85%,DENIM/FIBRA SINT/ART.....	1.110.953	0,13	1.051.798	0,14	5,62
68	DESPERDICIOS,RESIDUOS E APARAS,DE OUTROS PLAS.....	1.108.991	0,13	931.764	0,12	19,02
69	BARRAS DE FERRO/ACO,LAMIN.ETC.QUENTE,SEC.TRAN.....	1.108.367	0,13	---	---	---
70	OUTRAS FRUTAS CONGELAD.N/COZIDAS,COZIDAS EM A.....	1.063.408	0,13	1.887.716	0,24	-43,67
71	FERROSSILICIO CONTENDO PESO>55% DE SILICIO.....	978.700	0,12	1.391.335	0,18	-29,66
72	CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,COM SOLA EXTERIOR.....	890.472	0,11	388.030	0,05	129,49
73	OUTROS CALCADOS IMPERMEAV.DE BORRACHA/PLAST.S.....	863.800	0,10	3.410.433	0,44	-74,67
74	OUTS.TECIDOS DE MALHA,FIBRAS SINTET.TINGIDOS.....	851.969	0,10	1.103.589	0,14	-22,80
75	SAIAS E SAIAS-CALCAS,DE ALGODAO.....	849.240	0,10	406.929	0,05	108,69
76	REFRIGERADORES COMBIN.C/CONGELADORES,PORTA EX.....	833.459	0,10	424.218	0,05	96,47
77	CAMISETAS "T-SHIRTS",ETC.DE MALHA DE ALGODAO.....	817.786	0,10	401.880	0,05	103,49
78	BULBOS,TUBERCULOS,RIZOMAS,ETC.EM REPOUSO VEGE.....	797.753	0,09	315.985	0,04	152,47
79	FLORES E SEUS BOTOES,FRESCOS,CORTADOS P/BUQUE.....	794.903	0,09	707.705	0,09	12,32
80	OUTS.COUIROS INT.BOVINOS,"WET BLUE",S<=2,6M2.....	787.195	0,09	429.784	0,06	83,16
81	FIO DE FIBRAS DE POLIESTERES COM ALGODAO.....	767.566	0,09	469.683	0,06	63,42
82	OUTRAS BASCULAS DOSADORAS.....	745.016	0,09	154.065	0,02	383,57
83	OUTROS PEIXES CONGELADOS,EXC.FILES,OUTROS CAR.....	693.197	0,08	361.343	0,05	91,84
84	OUTROS MOVEIS DE MADEIRA.....	684.157	0,08	145.326	0,02	370,77
85	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	658.772	0,08	---	---	---
86	CACHACA E CANINHA (RUM E TAFIA).....	653.584	0,08	595.262	0,08	9,80
87	ARTIGOS PARA ACAMPAMENTO,DE OUTRAS MATERIAS T.....	632.498	0,07	627	---	---
88	FIO DE FIBRAS ARTIFICIAIS>=85%,SIMPLES.....	613.919	0,07	356.999	0,05	71,97
89	TECIDO POLIEST<85% C/ALGOD.P<=170G/M2,TAFETA,.....	593.664	0,07	444.406	0,06	33,59
90	CAMISETAS "T-SHIRTS",ETC.DE MALHA DE OUTS.MAT.....	576.848	0,07	461.817	0,06	24,91
91	BARRAS DE FERRO/ACO,LAMIN.ETC.QUENTE,SEC.CIRC.....	575.468	0,07	---	---	---
92	OUTS.TECIDOS DE MALHA,DE ALGODAO,CRUS OU BRAN.....	568.731	0,07	291.485	0,04	95,12
93	CALCAS,ETC.DE MALHA DE ALGODAO,DE USO FEMININ.....	555.017	0,07	212.545	0,03	161,13
94	OUTROS ADESIVOS A BASE DE PLASTICOS.....	548.054	0,06	624.494	0,08	-12,24
95	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.125D<=TIT.....	544.550	0,06	2.481.553	0,32	-78,06
96	COLCHAS DE ALGODAO,EXC.DE MALHA.....	518.637	0,06	444.617	0,06	16,65
97	PERFIS DE FERRO/ACO,EM L,LAMIN.ETC.A QUENTE,H.....	509.030	0,06	519.157	0,07	-1,95
98	CONGELADORES (FREEZERS) TIPO COFRE,CAPACIDADE.....	506.369	0,06	308.711	0,04	64,03
99	FARINHAS,SEMOLAS E POS,DE FRUTAS,CASCAS DE CI.....	493.125	0,06	223.193	0,03	120,94
100	CONSUMO DE BORDO - QQ.OUTRA MERCADORIA P/AERO.....	443.298	0,05	386.299	0,05	14,76
101	DEMAIS PRODUTOS.....	21.962.484	2,59	39.636.893	5,13	-44,59

TABELA - IV

CEARÁ

Fonte: MDIC

Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
<u>PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS</u>						
01	ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO).....	262.852.582	31,03	265.796.286	34,38	-1,11
02	UNIAO EUROPEIA - UE	214.741.741	25,35	188.090.355	24,33	14,17
03	MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	99.891.073	11,79	76.590.445	9,91	30,42
04	ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	90.152.904	10,64	89.196.065	11,54	1,07
05	ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	51.062.652	6,03	49.267.560	6,37	3,64
06	DEMAIS BLOCOS	128.526.387	15,17	104.226.292	13,48	23,31
<u>TOTAL DA ÁREA</u>		<u>847.227.339</u>	<u>100,00</u>	<u>773.167.003</u>	<u>100,00</u>	<u>9,58</u>
TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO		779.929.906	92,06	714.086.243	92,36	9,22
01	ESTADOS UNIDOS	259.414.841	30,62	263.426.203	34,07	-1,52
02	ARGENTINA	77.697.796	9,17	60.097.685	7,77	29,29
03	PAISES BAIXOS (HOLANDA)	49.520.333	5,84	46.632.023	6,03	6,19
04	ESPANHA.....	46.774.414	5,52	38.887.363	5,03	20,28
05	CANADA.....	35.037.873	4,14	35.565.982	4,60	-1,48
06	ITALIA.....	33.448.678	3,95	35.389.731	4,58	-5,48
07	MEXICO.....	32.944.562	3,89	32.997.419	4,27	-0,16
08	REINO UNIDO.....	31.714.341	3,74	13.468.414	1,74	135,47
09	FRANCA	24.916.628	2,94	17.642.573	2,28	41,23
10	VENEZUELA.....	20.218.161	2,39	14.961.749	1,94	35,13
11	PARAGUAI	15.523.943	1,83	12.077.062	1,56	28,54
12	CHINA.....	13.908.529	1,64	9.046.430	1,17	53,75
13	HONG KONG.....	12.391.838	1,46	14.595.226	1,89	-15,10
14	CHILE	10.118.375	1,19	11.693.607	1,51	-13,47
15	ALEMANHA	9.702.760	1,15	16.014.205	2,07	-39,41
16	PORTUGAL	8.971.653	1,06	9.378.964	1,21	-4,34
17	NIGERIA.....	8.800.655	1,04	2.041.170	0,26	331,16
18	PERU.....	8.727.516	1,03	13.852.530	1,79	-37,00
19	JAPAO	7.692.070	0,91	5.969.101	0,77	28,86
20	NORUEGA.....	7.416.794	0,88	3.710.844	0,48	99,87
21	TAILANDIA	7.368.163	0,87	4.851.967	0,63	51,86
22	BOLIVIA.....	7.264.594	0,86	5.750.496	0,74	26,33
23	COLOMBIA.....	6.921.964	0,82	6.666.764	0,86	3,83
24	MALASIA	6.856.720	0,81	11.754.675	1,52	-41,67
25	RUSSIA, FEDERACAO DA.....	6.703.298	0,79	4.139.816	0,54	61,92
26	URUGUAI	6.669.334	0,79	4.415.698	0,57	51,04
27	GUATEMALA.....	6.577.894	0,78	2.868.581	0,37	129,31
28	AUSTRALIA.....	5.624.206	0,66	7.479.805	0,97	-24,81
29	AFRICA DO SUL	5.527.419	0,65	5.947.762	0,77	-7,07
30	PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES.....	5.474.554	0,65	2.762.398	0,36	98,18
31	DEMAIS PAÍSES	67.297.433	7,94	59.080.760	7,64	13,91

TABELA - V

PERNAMBUCO

Fonte: MDIC

Estrutura das Exportações Totais Segundo Produtos

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var% 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
TOTAL DA ÁREA		690.849.484	100,00	419.270.950	100,00	64,77
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		673.931.947	97,55	396.781.207	94,64	64,77
1	ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	100.297.967	14,52	72.974.786	17,41	37,44
2	UVAS FRESCAS.....	53.970.612	7,81	18.752.060	4,47	187,81
3	OUTS.ACUCARES DE CANA,BETERRABA,SACAROSE QUIM.....	45.337.936	6,56	44.101.049	10,52	2,80
4	BORRACHA DE BUTADIENO (BR),EM CHAPAS,FOLHAS,T	37.802.007	5,47	13.104.515	3,13	188,47
5	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	34.326.831	4,97	13.036.388	3,11	163,32
6	BUTANOS LIQUEFEITOS	25.119.355	3,64	---	---	---
7	MANGAS FRESCAS OU SECAS	24.091.014	3,49	22.663.505	5,41	6,30
8	OUTROS TUBOS DE FERRO/ACO N/LIG.SOLD.SEC.CIRC	22.717.826	3,29	21.295	0,01	---
9	ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/VOL.TEOR ALCOO.....	17.034.320	2,47	12.094.719	2,88	40,84
10	OUTRAS LAGOSTAS,CONGELADAS,EXCETO AS INTEIRAS	15.948.240	2,31	12.953.477	3,09	23,12
11	ROLHAS,OUTS.TAMPAS E ACESS.P/EMBALAGEM,DE MET.....	14.860.505	2,15	11.549.045	2,75	28,67
12	OUTS.CHAPAS,ETC.TEREFT.POLIETILENO,E<=40 MICR	13.490.145	1,95	10.813.818	2,58	24,75
13	ACETATO DE VINILA	13.013.250	1,88	8.134.942	1,94	59,97
14	OUTROS PERFIS DE LIGAS DE ALUMINIO	12.543.894	1,82	11.799.012	2,81	6,31
15	CAMAROES,INTEIROS,CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	12.237.660	1,77	8.064.694	1,92	51,74
16	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP)	11.145.680	1,61	---	---	---
17	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE.....	10.026.253	1,45	7.203.286	1,72	39,19
18	ACUMULADORES ELETR.DE CHUMBO,P/ARRANQUE DE MO	9.611.618	1,39	8.935.894	2,13	7,56
19	VELUDO/PELUCIA,TECIDO,DA TRAMA ALGODAO,CORTAD.....	8.952.365	1,30	8.016.338	1,91	11,68
20	BORRACHA DE ESTIRENO-BUTADIENO,EM OUTS.FORMAS	8.571.106	1,24	643.131	0,15	---
21	OUTRAS PILHAS ELETRICAS,DE BIOXIDO DE MANGANE	8.324.589	1,20	1.526.317	0,36	445,40
22	CAMISETAS "T-SHIRTS",ETC.DE MALHA DE ALGODAO	7.883.041	1,14	6.649.458	1,59	18,55
23	OUTS.FOLHAS/TIRAS,DE ALUMINIO S/SUORTE,LAMIN.....	7.810.881	1,13	7.013.223	1,67	11,37
24	BARRAS DE FERRO/ACO,LAMIN.QUENTE,DENTADAS,ETC	7.773.633	1,13	7.790.932	1,86	-0,22
25	OUTROS LADRILHOS,ETC.DE CERAMICA,VIDRADOS,ESM	7.625.023	1,10	6.504.985	1,55	17,22
26	OUTRAS CHAPAS,ETC.DE OUTRAS PLASTICOS,ESTRATI	7.484.863	1,08	4.426.419	1,06	69,10
27	PROPANO EM BRUTO,LIQUEFEITO	5.830.074	0,84	---	---	---
28	ABRASIVOS NAT/ARTIF.EM PO/GRAO,APLIC.EM PAPEL	5.675.557	0,82	812.191	0,19	598,80
29	GRANITO TALHADO OU SERRADO,DE SUPERFICIE PLAN	5.240.963	0,76	1.913.090	0,46	173,95
30	CANHOES ELETRONICOS P/TUBOS CATODICOS	4.872.152	0,71	3.547.952	0,85	37,32
31	PRODS.SEMIMANUFAT.DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,CARB	4.451.669	0,64	---	---	---
32	OUTS.PRODS.SEMIMANUF.FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TR.....	4.342.529	0,63	---	---	---
33	FIBRAS DE POLIESTERES,NAO CARDADAS,NAO PENTEA.....	4.288.614	0,62	4.331.759	1,03	-1,00
34	GRUPO ELETROG.P/MOTOR DIESEL,75<P<=375KVA,COR.....	4.062.713	0,59	384.000	0,09	958,00
35	CHAPAS,ETC.DE RESINA MELAMINA-FORMALDEIDO,EST	4.044.580	0,59	1.636.252	0,39	147,19
36	OUTS.TUBOS DE LIGAS DE ALUMINIO	4.010.654	0,58	1.991.354	0,47	101,40
37	OUTRAS LAMPADAS/TUBOS INCANDESC.T<=15V	3.689.235	0,53	3.756.232	0,90	-1,78
38	OUTROS CAMAROES CONGELADOS,EXCETO "KRILL"	3.585.641	0,52	9.293.265	2,22	-61,42
39	TEREFTALATO DE POLIETILENO EM FORMA PRIMARIA.....	3.563.905	0,52	995.220	0,24	258,10
40	COUROS/PELES,BOVINOS,PREPARS.DIVID.C/A FLOR.....	3.558.078	0,52	2.535.847	0,60	40,31
41	OUTS.COUROS BOVINOS,INCL.BUFALOS,N/DIV.UMID.P	3.450.584	0,50	1.156.347	0,28	198,40
42	CALCADOS DE BORRACHA/PLAST.C/PARTE SUPER.EM T.....	3.382.712	0,49	2.734.664	0,65	23,70
43	PARTES DE MAQS.E APARS.P/SELECIONAR,ETC.SUBST	3.202.953	0,46	2.072.595	0,49	54,54
44	SUCOS DE OUTRAS FRUTAS,PRODS.HORTICOLAS,NAO F	3.150.390	0,46	3.912.899	0,93	-19,49
45	PERFIS OCOS DE LIGAS DE ALUMINIO	2.990.298	0,43	781.852	0,19	282,46
46	OUTRAS RESISTENCIAS ELETRICAS FIXAS,P/POT<=20	2.915.697	0,42	2.683.877	0,64	8,64
47	OUTS.RAIZES,TUBERCULOS,FRESCOS,ETC.E MEDULA D.....	2.537.966	0,37	2.023.967	0,48	25,40
48	ALBACORAS/ATUNS BARBAT.AMARELA,FRESCAS/REFRIG	2.519.099	0,36	1.171.700	0,28	115,00

49	OUTROS GRUPOS ELETROG.P/MOTOR DIESEL,P>375KVA	2.469.367	0,36	163.200	0,04	---
50	RESISTENCIAS ELETRICAS FIXAS,P/POT<=20W,DE FI	2.406.662	0,35	2.030.727	0,48	18,51
51	CIMENTOS "PORTLAND",COMUNS	2.205.733	0,32	---	---	---
52	OUTROS PEIXES FRESCOS,REFRIG.EXC.FILES,OUTS.C	2.079.666	0,30	2.256.777	0,54	-7,85
53	OUTS.CHAPAS,ETC.DE OUTS.PLASTICOS,C/SUPOORTE O	2.001.586	0,29	662.682	0,16	202,04
54	TECIDO POLIEST<85% C/ALGOD.P<=170G/M2,TAFETA,	1.918.603	0,28	429.940	0,10	346,25
55	GRANITO CORTADO EM BLOCOS OU PLACAS	1.733.450	0,25	1.869.992	0,45	-7,30
56	LAMPADAS/TUBOS INCANDESC.HALOGENOS,DE TUNGSTE.....	1.533.284	0,22	1.443.541	0,34	6,22
57	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA N/PENT.192.3	1.446.548	0,21	---	---	---
58	BILLETS DE FERRO/ACO,C<0.25%,SEC.TRANSV.QUAD/.....	1.430.332	0,21	---	---	---
59	PREPARACOES TENSOATIVAS,PARA LAVAGEM E LIMPEZ.....	1.366.858	0,20	1.789.040	0,43	-23,60
60	PAPEL/CARTAO "KRAFTLINER",P/COBERTURA,CRUS,EM.....	1.332.794	0,19	250.262	0,06	432,56
61	OUTROS OBJETOS DE VIDRO,P/SERVICO DE MESA/COZ.....	1.306.906	0,19	1.515.531	0,36	-13,77
62	OUTROS CHOCOLATES E PREPARACOES ALIMENTICIAS	1.300.021	0,19	1.212.914	0,29	7,18
6	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D<	1.171.355	0,17	597.643	0,14	96,00
64	OUTS.CHAPAS/TIRAS,DE ALUMINIO N/LIG.E>0.2MM,Q	1.162.970	0,17	1.127.998	0,27	3,10
65	CACHACA E CANINHA (RUM E TAFIA)	1.116.804	0,16	897.250	0,21	24,47
66	TECIDO DE ALGODAO>=85%,CRU,PONTO SARJADO,PESO	1.098.063	0,16	630.763	0,15	74,08
67	PARTES SUPERIORES DE CALCADOS E SEUS COMPONEN.....	1.059.830	0,15	1.261.786	0,30	-16,01
68	OUTS.COUIROS INT.BOVINOS,"WET BLUE",S<=2,6M2	937.320	0,14	197.762	0,05	373,96
69	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA OU PLASTICO	931.486	0,13	904.366	0,22	3,00
70	OUTROS SACOS,BOLSAS E CARTUCHOS,DE PAPEL OU C.....	903.030	0,13	---	---	---
71	OUTRAS FRUTAS CONGELAD.N/COZIDAS,COZIDAS EM A.....	873.058	0,13	478.791	0,11	82,35
72	DESPERDICIOS,RESIDUOS E APARAS,DE OUTROS PLAS	839.489	0,12	509.674	0,12	64,71
73	OUTROS FIOS DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,GALVANIZAD	811.589	0,12	509.980	0,12	59,14
74	OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E S.....	781.587	0,11	14.745	---	---
75	FILES DE OUTS.PEIXES,FRESCOS OU REFRIGERADOS	779.145	0,11	117.943	0,03	560,61
76	OUTROS RECIPIENTES PARA BEBER,DE VIDRO	751.509	0,11	1.428.425	0,34	-47,39
77	PARTES DE FORNOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATORI.....	750.771	0,11	---	---	---
78	OUTS.MAQUINAS E APARS.P/ESMAGAR,ETC.SUBST.MIN	723.478	0,10	---	---	---
79	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA N/PENT.232.56<	697.003	0,10	433.247	0,10	60,88
80	OUTROS PEIXES CONGELADOS,EXC.FILES,OUTROS CAR.....	676.538	0,10	435.084	0,10	55,50
81	OUTROS LIVROS,BROCHURAS E IMPRESSOS SEMELHANT	639.827	0,09	---	---	---
82	CONTADORES DE LIQUIDOS,PESO<=50KG.....	609.430	0,09	234.006	0,06	160,43
83	PORTAS E JANELAS,ETC.DE FERRO FUNDIDO,FERRO O	582.589	0,08	54	---	---
84	GRUPO ELETROG.P/MOTOR DIESEL,P<=75KVA,CORR.AL	574.064	0,08	794.530	0,19	-27,75
85	CAMISAS,ETC.DE MALHA DE ALGODAO,DE USO FEMINI	563.463	0,08	1.431.266	0,34	-60,63
86	OUTRAS CHAPAS E TIRAS,DE LIGAS ALUMINIO,ESP>0.....	561.777	0,08	377.278	0,09	48,90
87	OUTROS MOTORES DIESEL/SEMDIESEL.....	551.784	0,08	1.096.385	0,26	-49,67
88	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.232.56D<=	541.815	0,08	---	---	---
89	OUTROS VESTUARIOS DE MALHA DE ALGODAO	536.674	0,08	66.450	0,02	707,64
90	PELES DEPILAD.DE OVINOS,CURT.CROMO "WET BLUE"	529.456	0,08	743.969	0,18	-28,83
91	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.125D<=TIT	478.044	0,07	68.353	0,02	599,38
92	OUTROS PRODS.DE ANIMAIS,IMPROPRIOS P/ALIMENTA	473.681	0,07	479.884	0,11	-1,29
93	HIPOCLORITOS DE CALCIO,INCL.O COMERCIAL	467.980	0,07	540.665	0,13	-13,44
94	OUTROS ASSENTOS	445.695	0,06	137.586	0,03	223,94
95	CONSUMO DE BORDO - QQ.OUTRA MERCADORIA P/EMBA	418.862	0,06	304.611	0,07	37,51
96	PARTES DE MAQS.E APARS.P/PREPAR.FABR.DE ALIME.....	415.691	0,06	263.771	0,06	57,60
97	FORNOS INDUSTRIAIS,N/ELETR.P/CERAMICA	413.200	0,06	---	---	---
98	PAINEIS INDICAD.C/DISP.CRISTAIS LIQ/DIODES EM.....	411.794	0,06	93.540	0,02	340,23
99	OUTS.GARRAFOES,GARRAFAS,FRASCOS,ETC.DE VIDRO	377.146	0,05	42.180	0,01	794,13
100	PILHAS ELETRICAS,DE BIOXIDO DE MANGANES,ALCAL	375.463	0,05	428.265	0,10	-12,33
101	DEMAIS PRODUTOS	16.917.537	2,45	22.489.743	5,36	-24,78

TABELA - VI

PERNAMBUCO

Fonte: MDIC

Principais Blocos Econômicos e Países de Destino das Exportações

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
<u>PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS</u>						
01	ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO).....	170.630.048	24,70	95.681.519	22,82	78,33
02	UNIAO EUROPEIA - UE.....	146.217.117	21,16	89.591.264	21,37	63,20
03	ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL).....	81.306.180	11,77	40.990.536	9,78	98,35
04	MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL.....	68.788.903	9,96	44.679.067	10,66	53,96
05	AFRICA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO).....	51.633.482	7,47	52.664.669	12,56	-1,96
06	DEMAIS BLOCOS.....	172.273.754	24,94	95.663.895	22,82	80,08
<u>TOTAL DA ÁREA</u>		<u>690.849.484</u>	<u>100,00</u>	<u>419.270.950</u>	<u>100,00</u>	<u>64,77</u>
TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO		641.630.712	92,88	384.229.641	91,64	66,99
01	ESTADOS UNIDOS.....	169.247.020	24,50	94.641.589	22,57	78,83
02	ARGENTINA.....	61.387.315	8,89	39.320.462	9,38	56,12
03	PAISES BAIXOS (HOLANDA).....	56.139.902	8,13	30.831.982	7,35	82,08
04	PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES.....	44.632.616	6,46	20.349.089	4,85	119,33
05	VENEZUELA.....	36.210.354	5,24	10.614.952	2,53	241,13
06	RUSSIA, FEDERACAO DA.....	31.782.043	4,60	29.571.024	7,05	7,48
07	NIGERIA.....	22.898.997	3,31	29.408.306	7,01	-22,13
08	REINO UNIDO.....	19.584.309	2,83	10.215.475	2,44	91,71
09	CHINA.....	18.971.499	2,75	2.433.622	0,58	679,56
10	FRANCA.....	18.762.167	2,72	7.127.910	1,70	163,22
11	ESPANHA.....	17.067.547	2,47	13.673.333	3,26	24,82
12	CHILE.....	16.617.262	2,41	11.232.276	2,68	47,94
13	MEXICO.....	15.981.192	2,31	11.514.726	2,75	38,79
14	TUNISIA.....	14.889.175	2,16	12.485.607	2,98	19,25
15	BELGICA.....	12.210.340	1,77	6.201.133	1,48	96,90
16	SIRIA, REPUBLICA ARABE DA.....	9.619.582	1,39	9.482.915	2,26	1,44
17	PORTUGAL.....	9.436.978	1,37	9.638.295	2,30	-2,09
18	CROACIA.....	8.782.685	1,27	3.574.979	0,85	145,67
19	COLOMBIA.....	6.319.368	0,91	4.749.666	1,13	33,05
20	CUBA.....	6.234.417	0,90	2.053.185	0,49	203,65
21	ALEMANHA.....	6.172.816	0,89	3.710.643	0,89	66,35
22	CANADA.....	5.811.565	0,84	6.724.738	1,60	-13,58
23	ITALIA.....	5.347.351	0,77	5.660.511	1,35	-5,53
24	PARAGUAI.....	4.532.756	0,66	3.562.023	0,85	27,25
25	TURQUIA.....	4.405.240	0,64	2.680.684	0,64	64,33
26	PANAMA.....	4.064.587	0,59	2.159.243	0,51	88,24
27	GEORGIA.....	4.016.841	0,58	---	---	---
28	IRAQUE.....	3.883.740	0,56	1.800	---	---
29	BANGLADESH.....	3.333.400	0,48	---	---	---
30	CABO VERDE.....	3.287.648	0,48	609.473	0,15	439,42
31	DEMAIS PAÍSES.....	49.218.772	7,12	35.041.309	8,36	40,46

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS

01	ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO).....	170.630.048	24,70	95.681.519	22,82	78,33
02	UNIAO EUROPEIA - UE.....	146.217.117	21,16	89.591.264	21,37	63,20
03	ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	81.306.180	11,77	40.990.536	9,78	98,35
04	MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	68.788.903	9,96	44.679.067	10,66	53,96
05	AFRICA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO).....	51.633.482	7,47	52.664.669	12,56	-1,96
06	DEMAIS BLOCOS	172.273.754	24,94	95.663.895	22,82	80,08

TABELA - VII

BAHIA

Fonte: MDIC

Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var% 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
	TOTAL DA ÁREA	5.415.233.822	100,00	3.643.425.892	100,00	48,63
	TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	4.835.335.701	89,29	3.077.681.899	84,47	57,11
01	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (petróleo)	1.315.082.574	24,28	467.914.933	12,84	181,0 ⁵
02	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (veículos e peças)	782.131.586	14,44	578.655.288	15,88	35,16
03	BRASKEM S/A (petroquímica)	470.723.567	8,69	277.380.786	7,61	69,70
04	CARAIBA METAIS SA (metais – cobre, estanho e zinco)	334.223.947	6,17	217.274.330	5,96	53,83
05	BUNGE ALIMENTOS S/A (alimentos – soja, trigo, milho e algodão)	257.789.997	4,76	213.920.406	5,87	20,51
06	BAHIA SUL CELULOSE S.A. (celulose - papel)	225.681.692	4,17	182.989.711	5,02	23,33
07	CARGILL AGRICOLA S.A. (alimentos – soja, trigo, milho e algodão)	131.123.156	2,42	142.027.040	3,90	-7,68
08	GERDAU ACOMINAS S/A (aço)	96.401.930	1,78	22.790.955	0,63	322,9 ⁸
09	OXITENO NORDESTE S A IND. E COMERCIO (petroquímicos)	87.133.755	1,61	100.970.377	2,77	-13,70
10	DOW BRASIL NORDESTE LTDA (petroquímica)	86.184.000	1,59	60.424.258	1,66	42,63
11	VERACEL CELULOSE S.A. (celulose - papel)	78.848.508	1,46	---	---	---
12	POLITENO INDUSTRIA E COMERCIO S A (petroquímica)	70.223.824	1,30	37.987.408	1,04	84,86
13	MONSANTO NORDESTE S.A. (insumos agrícolas)	67.952.136	1,25	78.541.673	2,16	-13,48
14	RIO DOCE MANGANES S.A (extrativa)	64.861.498	1,20	64.462.397	1,77	0,62
15	JOANES INDUSTRIAL SA PRODUTOS QUIMICOS E VEGETA	61.335.093	1,13	55.483.943	1,52	10,55
16	CHADLER INDUSTRIAL DA BAHIA S A (cacau)	60.815.100	1,12	51.160.772	1,40	18,87
17	BAHIA PULP S.A. (celulose – papel)	54.260.649	1,00	52.276.863	1,43	3,79
18	POLIALDEN PETROQUIMICA S A	46.334.580	0,86	31.733.065	0,87	46,01
19	PETROQUIMICA UNIAO S A	43.697.030	0,81	41.606.296	1,14	5,03
20	MASTROTTO REICHERT S/A.....	42.757.476	0,79	47.900.770	1,31	-10,74
21	PIRELLI PNEUS S/A.....	41.972.112	0,78	9.862.093	0,27	325,5 ⁹
22	ITALSOFA BAHIA LTDA.....	32.944.346	0,61	34.839.862	0,96	-5,44
23	ESTEVE S/A.....	32.818.532	0,61	33.449.833	0,92	-1,89
24	AIR PRODUCTS BRASIL LTDA.	26.688.397	0,49	16.679.062	0,46	60,01
25	CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA	26.647.931	0,49	23.592.699	0,65	12,95
26	MINERACAO FAZENDA BRASILEIRO S/A.....	26.388.545	0,49	34.744.173	0,95	-24,05
27	BOM - BRASIL OLEO DE MAMONA LTDA.	24.890.380	0,46	15.969.798	0,44	55,86
28	POLIBRASIL RESINAS S/A.....	22.957.799	0,42	16.070.786	0,44	42,85
29	NAO CONSTA NO CADASTRO	21.424.901	0,40	14.911.072	0,41	43,68
30	DETEN QUIMICA S/A.....	20.992.465	0,39	16.564.684	0,45	26,73
31	MINUANO NORDESTE S.A.....	20.886.967	0,39	1.909.543	0,05	993,8 ²
32	MULTIGRAIN COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO S/A	20.100.372	0,37	---	---	---
33	POLICARBONATOS DO BRASIL SA	19.097.726	0,35	13.236.259	0,36	44,28
34	UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR	18.474.281	0,34	12.556.548	0,34	47,13
35	ADM DO BRASIL LTDA.....	18.016.770	0,33	27.195.154	0,75	-33,75
36	GRIFFIN BRASIL LTDA.....	17.739.432	0,33	28.367.619	0,78	-37,47
37	ELEKEIROZ S.A.....	17.702.514	0,33	26.712.463	0,73	-33,73
38	CALCADOS AZALEIA NORDESTE S/A	17.536.551	0,32	16.392.499	0,45	6,98
39	DUSA - DUPONT-SABANCI BRASIL S.A.....	15.580.602	0,29	9.126.481	0,25	70,72
40	DSM PARTICIPACOES LTDA	14.912.980	0,28	---	---	---
41	DEMAIS EMPRESAS	579.898.121	10,71	565.743.993	15,53	2,50

TABELA - VIII

CEARÁ

Fonte: MDIC

Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var% 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
	<u>TOTAL DA ÁREA</u>	<u>847.227.339</u>	<u>100,00</u>	<u>773.167.003</u>	<u>100,00</u>	<u>9,58</u>
	TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	744.479.561	87,87	595.383.860	77,01	25,04
01	BERMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (couro e peles)	114.653.941	13,53	107.268.765	13,87	6,88
02	VICUNHA TEXTIL S/A. (têxteis)	88.658.243	10,46	86.610.421	11,20	2,36
03	GRENDENE S A (calçados)	58.590.166	6,92	64.895.198	8,39	-9,72
04	DISPORT NORDESTE LTDA.	52.703.469	6,22	40.571.252	5,25	29,90
05	IRACEMA IND. E COM. DE CASTANHAS DE CAJU (alimentos)	43.691.274	5,16	22.293.935	2,88	95,98
06	COMPESCAL COM DE PESCADO ARACATIENSE LTDA (alimentos)	30.741.930	3,63	23.673.589	3,06	29,86
07	GERDAU ACOMINAS S/A (aços)	27.009.610	3,19	9.576.494	1,24	182,04
08	VULCABRAS DO NORDESTE S/A (calçados)	26.056.413	3,08	16.376.128	2,12	59,11
09	COMPANHIA BRASILEIRA DE RESINAS-RESIBRAS (químico)	22.652.439	2,67	23.828.079	3,08	-4,93
10	CIA INDUSTRIAL DE OLEOS DO NORDESTE CIONE (alimentos)	21.938.769	2,59	16.110.163	2,08	36,18
11	CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA (calçados)	19.667.742	2,32	12.782.005	1,65	53,87
12	PESQUEIRA MAGUARY LTDA (alimentos – lagosta)	18.271.785	2,16	17.342.585	2,24	5,36
13	TBM TRADE - IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. (comércio)	17.650.540	2,08	10.594.547	1,37	66,60
14	OLAM BRASIL LTDA (	16.726.598	1,97	11.457.905	1,48	45,98
15	CASCAJU AGROINDUSTRIAL S A (alimentos – caju)	14.283.293	1,69	15.226.667	1,97	-6,20
16	DURAMETAL S/A (freios e suas partes)	13.150.948	1,55	6.498.852	0,84	102,36
17	EMPRESA DE ARMAZENAGEM FRIGORIFICA LTDA	12.648.759	1,49	6.579.572	0,85	92,24
18	DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA (frutas)	12.531.022	1,48	11.041.908	1,43	13,49
19	INTERMELON COM. EXPORT. E IMP. (comercio)	11.579.489	1,37	0	0	0
20	AMENDOAS DO BRASIL LTDA (alimentos – caju)	10.714.789	1,26	11.266.586	1,46	-4,90
21	SANTISTA TEXTIL BRASIL S.A. (têxteis)	10.532.704	1,24	0	0	0
22	COMPEX IND E COM. DE PESCA E EXPORT. (alimentos)	9.392.001	1,11	10.338.324	1,34	-9,15
23	H.BETTARELLO CURTIDORA E CALCADOS LTDA (calçados)	9.201.433	1,09	7.842.405	1,01	17,33
24	ESMALTEC S/A (eletrodomésticos)	8.901.400	1,05	5.986.407	0,77	48,69
25	DAKOTA NORDESTE S/A (calçados)	6.805.444	0,80	6.347.368	0,82	7,22
26	SM PESCADOS IND. , COM. E EXPORTACAO (alimentos)	5.890.750	0,70	6.300.258	0,81	-6,50
27	FONCEPI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA (comércio)	5.752.069	0,68	2.667.877	0,35	115,60
28	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (petróleo)	5.310.016	0,63	2.702.529	0,35	96,48
29	MM MONTEIRO PESCA E EXPORTACAO LTDA (alimentos)	5.257.502	0,62	3.185.043	0,41	65,07
30	CIA METALIC NORDESTE (ferro e aço)	4.713.971	0,56	4.773.210	0,62	-1,24
31	PONTES INDUSTRIA DE CERA LTDA (ceras naturais – carnaúba)	4.474.363	0,53	3.706.885	0,48	20,70
32	CALCADOS REIFER LTDA (calçados)	4.283.893	0,51	5.158.929	0,67	-16,96
33	DAFRUTA INDUSTRIA E COMERCIO S/A (fruticultura)	4.128.075	0,49	3.711.882	0,48	11,21
34	CERAPELES LTDA (ceras naturais – carnaúba)	4.105.264	0,48	3.676.405	0,48	11,67
35	INDUSTRIA DE FRIO E PESCA AS (alimentos)	3.966.235	0,47	5.344.360	0,69	-25,79
36	METALGRAFICA CEARENSE SA MECESA (gráfico)	3.792.383	0,45	2.500.427	0,32	51,67
37	SADIA S.A. (alimentos)	3.725.782	0,44	710.240	0,09	424,58
38	J. S. SALLOUTI - EPP	3.531.828	0,42	2.525.016	0,33	39,87
39	GRANITOS S A (pedras ornamentais)	3.439.535	0,41	1.146.217	0,15	200,08
40	VON ROLL ISOLA DO BRASIL LTDA.....	3.353.694	0,40	2.765.427	0,36	21,27
41	DEMAIS EMPRESAS	102.747.778	12,13	177.783.143	22,99	-42,21

TABELA - IX

PERNAMBUCO

Fonte: MDIC

Principais Empresas Exportadoras e Ramos de Atuação

Ord	Descrição	2005 (Jan/Nov)		2004 (Jan/Nov)		Var 05/04
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
	<u>TOTAL DA ÁREA</u>	<u>690.849.484</u>	<u>100,00</u>	<u>419.270.950</u>	<u>100,00</u>	<u>64,77</u>
	TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	547.581.465	79,26	297.798.562	71,03	83,88
01	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (combustíveis e lub.)	48.947.392	7,09	0	0	0
02	PETROFLEX IND E COM S.A. (petroquímica)	46.373.113	6,71	13.747.646	3,28	237,32
03	ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO LIMITADA (combustíveis e lub.)	37.500.801	5,43	20.239.674	4,83	85,28
04	ALCOA ALUMINIO S/A (alumínio)	29.309.868	4,24	23.286.371	5,55	25,87
05	FLUXO SERVICOS TECNICOS LTDA (serviços)	26.083.883	3,78	20.187.565	4,81	29,21
06	USINA PETRIBU AS (alimentos – açúcar)	25.543.461	3,70	13.325.270	3,18	91,69
07	TERPHANE LTDA	24.694.911	3,57	16.362.706	3,90	50,92
08	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A (c. civil)	22.851.089	3,31	7.304	0	0
09	COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA (alimentos - açúcar)	20.501.434	2,97	11.756.158	2,80	74,39
10	EMPAF - EMPRESA DE ARMAZENAGEM FRIGORIFICA LTDA	19.023.322	2,75	19.859.454	4,74	-4,21
11	GERDAU ACOMINAS S/A (aços)	18.486.476	2,68	4.171.165	0,99	343,20
12	SUCDEN DO BRASIL LTDA. (alimentos – açúcar)	15.328.936	2,22	12.119.499	2,89	26,48
13	USINA CENTRAL OLHO D'AGUA S/A (alimentos – açúcar)	13.570.760	1,96	11.735.600	2,80	15,64
14	COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL (alcooquímica)	13.013.250	1,88	8.134.942	1,94	59,97
15	LATASA S.A. (latas para vasilhames)	12.977.635	1,88	11.548.660	2,75	12,37
16	COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA (fruticultura)	10.789.295	1,56	2.000.910	0,48	439,22
17	USINA SAO JOSE S/A (alimentos - açúcar)	10.151.200	1,47	10.161.940	2,42	-0,11
18	USINA TRAPICHE S/A (alimentos - açúcar)	10.115.865	1,46	10.361.709	2,47	-2,37
19	ACUMULADORES MOURA S A (automotivo - baterias)	9.747.679	1,41	9.109.410	2,17	7,01
20	VICUNHA TEXTIL S/A. (confeções)	9.460.707	1,37	8.253.490	1,97	14,63
21	GUARARAPES AGRICOLA S/A (fruticultura)	9.277.604	1,34	2.537.052	0,61	265,68
22	SUAPE TEXTIL S/A (têxtil)	9.052.791	1,31	8.581.585	2,05	5,49
23	MICROLITE SOCIEDADE ANONIMA (acumuladores)	8.969.892	1,30	2.052.581	0,49	337,01
24	LEON HEIMER S/A (motores elétricos)	7.682.210	1,11	2.574.795	0,61	198,36
25	PAMESA DO BRASIL S/A (cerâmica)	7.225.176	1,05	6.405.964	1,53	12,79
26	COPA FRUIT IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A (fruticultura)	7.088.341	1,03	7.605.855	1,81	-6,80
27	ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A (açúcar)	6.916.787	1,00	0	0	0
28	IRMAOS COUTINHO INDUSTRIA DE COUROS AS (couros e peles)	6.906.992	1,00	5.415.862	1,29	27,53
29	SAINT-GOBAIN ABRASIVOS LTDA (abrasivos)	6.059.154	0,88	852.645	0,20	610,63
30	J B ACUCAR E ALCOOL LTDA. (açúcar e álcool)	5.750.358	0,83	2.484.796	0,59	131,42
31	PHILIPS ELETRONICA DO NORDESTE S A (lâmpadas)	5.593.326	0,81	5.463.993	1,30	2,37
32	PHOENIX DO BRASIL LTDA.....	5.356.293	0,78	4.740.254	1,13	13,00
33	REC EXPORTACAO E COMERCIO LTDA.....	5.235.728	0,76	539.856	0,13	869,84
34	LG.PHILIPS DISPLAYS BRASIL LTDA	4.892.837	0,71	3.703.074	0,88	32,13
35	TEMAPE TERMINAIS MARITIMOS DE PERNAMBUCO S/A.....	4.793.034	0,69	5.401.981	1,29	-11,27
36	THOR NORDESTE GRANITOS LTDA	4.779.565	0,69	0	0	0
37	BRAMEX - BRASIL MERCANTIL S/A.....	4.483.749	0,65	4.498.175	1,07	-0,32
38	AGRODAN AGROPECUARIA RORIZ DANTAS LTDA.....	4.422.277	0,64	2.780.135	0,66	59,07
39	USIVALE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.....	4.335.660	0,63	1.458.727	0,35	197,22
40	RHODIA-STER FIBRAS E RESINAS LTDA.....	4.288.614	0,62	4.331.759	1,03	-1,00
41	DEMAIS EMPRESAS	143.268.019	20,74	121.472.388	28,97	17,94

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BALASSA, B. *Trade Liberalization and Revealed Comparative Advantage*. Banco Mundial. Washington D.C., 1965.

CAVALCANTI, M.A.F.H.; **RIBEIRO** F. J. *As Exportações Brasileiras no Período de 1977/1996: Desempenho e Determinantes*. Brasília, DF: IPEA, 1998 (Texto para Discussão nº 545).

CAVES, Richard E; **FRANKEL**, Jeffrey A. & **JONES**, Ronald W. *Economia Internacional: Comércio e Transações Globais*. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARIAS, J.J. *Exportações do Rio Grande do Norte: Crescimento, Vantagens Comparativas Reveladas e o Problema da Concentração*. Dissertação (Mestrado em Economia). PIMES/UFPE. Recife, 2000.

FEIJÓ, C.A. et al. *Contabilidade Social : o Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

FONTENELE, A. M.; **MELO**, M.C.P. *Inserção Internacional da Economia Cearense: Potencialidades e Limites para o Crescimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 2003.

GALVÃO, Olímpio J. de A.; **VERGOLINO**, José Raimundo O. *O Comércio e a Inserção Competitiva do Nordeste no Exterior e no Brasil*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GUTMAN, G.E.; **MIOTTI**, L.E.. *Exportaciones Agroindustriales de América Latina e el Caribe. Especialización, Competitividad Y Oportunidades Comerciales en los Mercados de la OCDE*, CEPAL. Nações Unidas, 1996.

HIDALGO, A.B.. *Especialização e Competitividade do nordeste no Mercado Internacional*. Revista Econômica do Nordeste, vol 29, nº Especial 491-511, 1998.

_____; **VERGOLINO** J. *O nordeste e os Blocos Econômicos*. Recife, SUDENE, 1996. Relatório de Pesquisa.

KRUGMAN, Paul R. & Obstfeld, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LAFAY, G. *Le Mesure des Avantages Comparatifs Releves. Economie Prospective Internationale*, v. 1, nº 41, p.27-43, 1990.

LAURSEN, K. *Revealed Comparative Advantage and the Alternatives as Measures of International Especialization*. Working Paper, n 98-30, Copenhagen: Danish Research Unit for Industrial Dynamies, 1998.

MATA, D.F.; **HIDALGO**, A.B. *Especialização do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no Comércio Exterior*. Textos para Discussão UFPE – PIMES, nº 465, 2003.

MATA, D.F.; **HIDALGO**, A.B. *Estrutura e Desempenho do Comércio Internacional do Estado de Pernambuco*. Textos para Discussão UFPE – PIMES, nº 466, 2003.

ROBERTS, M. J.; **TYBOUT**, J.R. *O que Induz o Crescimento Acelerado das Exportações RBCE*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 52, FUNCEX, 1997.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora – 6ª edição, 2000.

SAMPAIO, Yony; **VITAL**, Tales & **COSTA**, Écio de Farias. *Expansão e Perspectivas do Agronegócio no Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

WILLIAMSON, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial: um Texto de Economia Internacional*. Rio de Janeiro; Campus, 1989.

www.mdic.gob.br

www.ibge.gob.br

www.ipea.gov.br

www.bacen.gov.br

www.bndes.gov.br